

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

GLEISSON JOSÉ DA SILVA

A ABORDAGEM HISTÓRICA DE GEORG FRIEDRICH LIST

UBERLÂNDIA

2025

GLEISSON JOSÉ DA SILVA

A ABORDAGEM HISTÓRICA DE GEORG FRIEDRICH LIST

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: História, Sociedade e Cultura.

Orientador Prof. Dr. Jairo Dias Carvalho.

UBERLÂNDIA
2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586 2025	<p>Silva', Gleisson José da, 1990- A Abordagem Histórica de Georg Friedrich List [recurso eletrônico] / Gleisson José da Silva'. - 2025.</p> <p>Orientador: Dr. Jairo Dias Carvalho. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Filosofia. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.737 Inclui bibliografia.</p> <p>1. Filosofia. I. Carvalho, Dr. Jairo Dias, 1966-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós- graduação em Filosofia. III. Título.</p> <p>CDU: 1</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1U, Sala 1U117 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-
MG, CEP 38400-902
Telefone: 3239-4558 - www.posfil.ifilo.ufu.br - ppgfil@ifilo.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Filosofia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 007/25, PPGFIL				
Data:	Quatro de abril de dois mil e vinte cinco	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:30
Matrícula do Discente:	12412FIL006				
Nome do Discente:	Gleisson José da Silva				
Título do Trabalho:	A Abordagem Histórica de Georg Friedrich List				
Área de concentração:	Filosofia				
Linha de pesquisa:	História, Sociedade e Cultura				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	-----				

Reuniu-se na sala web conferência Microsoft Teams, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Filosofia, assim composta: Professores Doutores: Georgia Cristina Amitrano; Eladio Constantino Pablo Craia; Rogério Reis Carvalho Mattos e Jairo Dias Carvalho orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Jairo Dias Carvalho, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Jairo Dias Carvalho, Professor(a) do Magistério Superior**, em 04/04/2025, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Reis Carvalho Mattos, Usuário Externo**, em 04/04/2025, às 22:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eladio Constantino Pablo Craia, Usuário Externo**, em 07/04/2025, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Georgia Cristina Amitrano, Professor(a) do Magistério Superior**, em 07/04/2025, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6231941** e o código CRC **866BE45C**.

AGRADECIMENTOS

Geralmente, os agradecimentos em uma dissertação enunciam as pessoas que contribuíram para a conclusão do trabalho, seja por intermédio de auxílios diretos no texto, seja por meio da amizade e apoio emocional que todo pós-graduando precisa devido à natureza do trabalho. No meu caso será um pouco mais que isso; é também uma enunciação de um período de grandes desafios, que, se não fosse a companhia e o auxílio de algumas pessoas, este trabalho não poderia ser concluído, pelo menos não agora.

O período do mestrado foi bastante caótico em virtude de problemas pessoais e pela descoberta da minha perda de visão acelerada causada pela Ceratocone, em janeiro de 2024, já em estado avançado. Isso foi o motivo de adiantar a defesa da dissertação para antes de perder a capacidade de ler de forma acadêmica, o que, infelizmente, aconteceu antes do previsto, em dezembro do mesmo ano. Já em fevereiro, perdi a capacidade de dirigir, algo que sempre gostei de fazer. No decorrer do ano, a visão foi diminuindo cada vez mais minha capacidade de leitura, havendo dias em que eu não conseguia enxergar praticamente nada. Os detalhes do rosto das pessoas foram ficando cada vez mais difíceis de ver, até mesmo quando estavam muito perto.

Neste período, aumentaram ainda mais a sensibilidade à luz, as dores de cabeça e nos olhos, em virtude de fazer aquilo que gosto, que é estudar. Com o passar do tempo, fui perdendo ainda mais a capacidade de ler, até que, em dezembro de 2024, quando fui fazer a prova de proficiência em italiano para poder ingressar no doutorado, não consegui ver a tela direito, o que me fez achar que não seria mais possível continuar com os estudos neste momento. Porém, ainda me faltava terminar a dissertação, que, pela minha forma peculiar de escrita, ainda não estava pronta; pelo contrário, estava apenas no começo.

Em dezembro, deixei de viajar com minha família para poder me dedicar à escrita, uma vez que havia sido aprovado no doutorado em uma posição muito boa. No entanto, a solidão necessária para tirar as ideias da cabeça e escrever a dissertação acabou se tornando um período extremamente dolorido, uma vez que já havia perdido a capacidade de ler academicamente. Com isso, todas as anotações e marcações que tinha feito para a escrita desta dissertação se tornaram inacessíveis

para mim.

Quando retornaram as atividades da faculdade, fui conversar com a Andréa e o Ciro, técnicos administrativos da pós-graduação e da graduação da filosofia da UFU, que conheciam meus problemas oriundos da perda de visão. Quando fui conversar com eles, estava quase certo de que teria que trancar a graduação, suspender o mestrado e perder a vaga no doutorado. No entanto, eles me ajudaram a entender o que poderia fazer, inclusive, me dando muito apoio, tanto acadêmico quanto emocional, o que me ajudou a continuar e não desistir naquele momento de terminar este projeto. Serei eternamente grato a eles por todo o apoio que recebi.

Depois disso, tentamos encontrar uma forma para que eu prosseguisse com a escrita da dissertação. Foi quando o professor Dr. Fábio Coelho, após me buscar em uma sala para ajudar a realizar um sorteio, me indicou o Dacin (Divisão de Acessibilidade e Inclusão), que prontamente me atendeu e disponibilizou uma tutora, Maria Luiza, para me acompanhar e auxiliar na escrita da dissertação. Ela me ajudou por muito tempo, cedendo várias manhãs e tardes para ler aqueles textos que não conseguia mais acessar, bem como escrever aquilo que eu ditava para incluir na dissertação. O processo foi bem cansativo, pois passávamos horas por dia nesse trabalho, que percebi ser mais exaustivo do que a própria escrita. Mas, sem essa contribuição dela, este trabalho não seria possível. Por isso, faço questão de agradecer ao Dacin e, principalmente, à minha tutora pelo tempo dedicado a me ajudar, além do professor Dr. Fábio Coelho, tanto pela dica quanto pelas várias conversas sobre meu estado de saúde e sua preocupação comigo.

Faço questão ainda de ressaltar o apoio que vários discentes da graduação me deram em virtude do meu estado de saúde, dentre eles: Geovana Faria e seu namorado Vitor, Isadora, Bruno Soares, Marco Túlio, Gustavo Diniz, Mariane Mendes, Luiz Gustavo, Matheus Santiago, Stephani Barcelos, Stella, que me levava para algumas festas para me ajudar a descansar a cabeça, entre outros que estiveram presentes na minha vida nesse momento. Gostaria de fazer um agradecimento especial a Dhouglas Gonçalves, Augusto Blefari e Arthur Vilanova, que também me ajudaram no processo de escrita, além de serem pessoas que admiro e vejo um futuro brilhante para eles.

Ainda se faz necessário agradecer aos meus colegas da pós-graduação, principalmente: Maryane Stella, Lucas Caixeta, Fernando Galine, Vitória Elis, Carlos de Jesus, Bárbara Rafaela, Alberto Luiz, Mikael Barra Nova, João Vitor Alcântara,

Rayane, Ryan, Carlos Nicodemos, Rebert Santos, além de Bruno Sunkey, Islane Vieira e Eduardo Leite, que me ajudaram com a revisão desta dissertação. Agradeço ainda ao pesquisador Dr. Marcos Henrique, que me auxiliou com materiais e discussões sobre o tema.

Além disso, faço um agradecimento aos meus amigos que participaram da minha vida neste momento, bem como aos integrantes dos grupos de pesquisa e estudo que participei durante o tempo em que estive na UFU, em especial ao Grupo Soberania, que esteve mais presente no momento da piora da minha visão neste último ano.

Ainda quero agradecer ao corpo docente da filosofia, principalmente à Dra. Geórgia Cristina Almitrano, Dr. Anselmo Tadeu Ferreira, Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido, Dr. José Benedito de Almeida Jr., Dr. Leonardo Ferreira Almada, que me ajudaram bastante nesse tempo de faculdade. Suas palavras de apoio foram muito importantes para mim.

Meu orientador, mais que um professor, foi um pai que me auxiliou em todo o processo, me incentivando e acreditando que seria possível essa empreitada, mesmo quando eu muitas vezes não acreditava mais ser possível. Por isso, faço questão de agradecer a ele por todos os incentivos, orientações e apoio que me deu neste momento da minha vida, sendo uma pessoa que quero que esteja presente em todo o meu processo acadêmico e ainda depois, com sua preocupação de que o Brasil seja um país Soberano, além de todo o seu avanço no estudo da filosofia da energia e por estar à frente do grupo de pesquisa Soberania Nacional, do qual serei eternamente grato por participar e aprender muito com todos ali.

Faço ainda um agradecimento à minha família, que me apoiou e entendeu o quão importante o estudo é para a minha vida e, mesmo eu passando às vezes dias sem vê-los, por sair antes deles acordar e voltar depois de já estarem dormindo, sempre estive ao meu lado.

Por fim, agradeço à UFU pelo fomento à pesquisa, por criar espaços de debate e intercâmbio acadêmico e por disponibilizar à discentes, docentes e funcionários uma estrutura adequada ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo demonstrar a importância de Georg Friedrich List para o desenvolvimento de uma teoria econômica fundamentada em uma análise crítica da história de diversas potências econômicas. No entanto, sua contribuição transcende a economia, tendo implicações relevantes para a Filosofia da História e a Filosofia Política. List questiona a noção de um progresso econômico universal e defende que o desenvolvimento das nações deve ser compreendido à luz de suas especificidades históricas e culturais. A primeira seção do estudo examina as cidades italianas, a Liga Hanseática e a Inglaterra, identificando os fatores que levaram ao crescimento dessas potências e as razões para o declínio das cidades italianas e da Liga Hanseática. No caso das cidades italianas, List aponta a falta de unidade nacional, o enfraquecimento da aristocracia patriótica e a ascensão de nações mais fortes como causas de seu declínio. Já a Liga Hanseática perdeu sua influência devido à ausência de um espírito nacional, à perda de privilégios comerciais e à falta de investimentos no desenvolvimento interno, como a agricultura e a indústria. Sobre a Inglaterra, List destaca como o país se tornou uma potência comercial, analisando suas relações com parceiros econômicos e suas políticas de proteção e fortalecimento da indústria nacional. A segunda seção examina os principais aspectos do pensamento de List, abordando o papel do Estado no desenvolvimento nacional, a relação entre comércio interno e externo, a conexão entre o campo e a cidade e a importância do protecionismo para a proteção das indústrias florescentes. A dissertação conclui com uma reflexão sobre as características necessárias para o desenvolvimento de uma Nação, destacando as implicações filosóficas do pensamento de List para os debates contemporâneos sobre globalização, soberania econômica, justiça social e realidade brasileira.

Palavras-chave: Cosmopolitismo; Desenvolvimento Nacional; Indústria Emergente; Manufatura; Nação; Protecionismo.

ABSTRACT

This dissertation aims to demonstrate the importance of George Friedrich List for the development of an economic theory based on a critical analysis of the history of various economic powers. However, his contribution transcends economics, having significant implications for the Philosophy of History and Political Philosophy. List challenges the notion of a universal model of economic progress and argues that national development must be understood in light of historical and cultural specificities. The first section of the study examines the Italian cities, the Hanseatic League, and England, identifying the factors that led to their growth and the reasons for the decline of the Italian cities and the Hanseatic League. Regarding the Italian cities, List points to the lack of national unity, the weakening of the patriotic aristocracy, and the rise of stronger nations as causes of their decline. The Hanseatic League, in turn, lost its dominance due to the absence of national spirit, the loss of commercial privileges, and the lack of investment in internal development, such as agriculture and industry. Concerning England, List highlights how the country became a commercial power by analyzing its relations with economic partners and its policies of protection and industrial strengthening. The second section examines the main aspects of List's thought, addressing the role of the state in national development, the relationship between internal and external trade, the connection between the countryside and the city, and the importance of protectionism in safeguarding emerging industries. The dissertation concludes with a reflection on the necessary characteristics for a nation's development, highlighting the philosophical implications of List's thought for contemporary debates on globalization, economic sovereignty, social justice and the reality of Brazil.

Keywords: Cosmopolitanism; National Development; Emerging Industry; Manufacturing; Nation; Protectionism.

Sumário

INTRODUÇÃO	11
SEÇÃO I: UM OLHAR PARA A HISTÓRIA.....	13
1.1 Os Italianos	14
1.2 Os Hanseáticos	24
1.3 Inglaterra	38
SEÇÃO II: AS IDEIAS PRINCIPAIS DE LIST	55
2.1 Mercado interno e externo	60
2.2 Adoção de medidas protecionistas	63
2.3 A centralidade da Nação e a necessidade de desenvolver as forças produtivas	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

INTRODUÇÃO

Georg Friedrich List (1789-1846) foi um economista e pensador alemão cuja obra se destaca por sua crítica ao livre comércio, defendendo a ideia de que as nações deveriam adotar uma política econômica protecionista e focada no desenvolvimento de suas próprias indústrias (Wendler, 2015). Ele se opôs às ideias liberais de Adam Smith (1983), David Ricardo (1982) e outros economistas clássicos, argumentando que, para um país alcançar a prosperidade e a autonomia econômica, era necessário que o Estado desempenhasse um papel ativo no direcionamento da economia.

List é amplamente reconhecido por sua contribuição ao pensamento econômico, principalmente por sua análise histórica de potências econômicas passadas e sua busca por entender como essas nações chegaram ao sucesso e por que algumas delas declinaram. A obra central que embasa a pesquisa aqui apresentada é *Sistema Nacional de Economia Política* (1983/2006).

O objetivo deste trabalho consiste em analisar a importância de Georg Friedrich List no desenvolvimento de uma teoria econômica que se baseia em uma crítica histórica profunda das potências econômicas do passado. A partir dessa análise, List propôs que as nações adotassem políticas que favorecessem o crescimento interno e protegessem suas indústrias nascentes, ao invés de seguir as diretrizes do livre comércio defendidas pelos economistas clássicos.

No entanto, a relevância desta pesquisa ultrapassa o campo da economia e se insere na Filosofia, particularmente na área de História, Sociedade e Cultura. O pensamento de List não apenas representa uma teoria econômica, mas também reflete uma visão histórica sobre o desenvolvimento das nações e sua relação com a cultura política e econômica. Sua abordagem levanta questões fundamentais sobre a relação entre Estado e mercado, o papel da história na formulação de políticas públicas e a tensão entre nacionalismo econômico e cosmopolitismo. Além disso, sua teoria tem implicações filosóficas mais amplas para o debate sobre progresso, soberania e justiça social, sendo relevante para a Filosofia Política e para a Filosofia da História.

Este estudo está dividido em duas seções. A primeira se dedica a uma análise das cidades italianas, da Liga Hanseática e da Inglaterra, para examinar como essas

potências econômicas se tornaram dominantes e quais os fatores que levaram ao declínio das primeiras duas, contrastando com o sucesso duradouro da Inglaterra. A segunda seção é focada na exposição das principais ideias econômicas de List, abordando questões como a centralidade do Estado para o desenvolvimento da nação, o papel do comércio interno e externo, a relação entre campo e cidade, e a defesa de políticas protecionistas.

A pesquisa se justifica, do ponto de vista filosófico, ao proporcionar uma análise crítica da interseção entre economia, história e cultura, mostrando como List concebe o desenvolvimento nacional como um fenômeno histórico e socialmente situado. Ao rejeitar a ideia de um modelo universal de progresso econômico, ele propõe uma visão que leva em conta as particularidades históricas e culturais das nações, desafiando as concepções iluministas de progresso linear. Essa perspectiva convida a uma reflexão filosófica sobre a historicidade das teorias econômicas e sua relação com a cultura e a identidade nacional.

Dessa forma, esta dissertação busca contribuir não apenas para os estudos de economia política, mas também para o debate filosófico sobre os fundamentos históricos e culturais do desenvolvimento econômico. Ao revisitar as ideias de List sob a ótica da Filosofia da História e da Filosofia Política, a pesquisa oferece uma perspectiva crítica sobre os desafios contemporâneos da globalização e do desenvolvimento nacional.

SEÇÃO I: UM OLHAR PARA A HISTÓRIA

Esta seção tem como objetivo analisar, a partir da perspectiva de Georg Friedrich List, os fatores históricos que contribuíram para o sucesso e o declínio de algumas das principais potências econômicas do passado. Para isso, serão examinadas as cidades italianas, a Liga Hanseática e a Inglaterra, destacando os elementos que impulsionaram seu crescimento e as razões que levaram à estagnação ou ao colapso de algumas delas.

List enfatiza a necessidade de analisar tanto a realidade histórica quanto a contemporânea para desenvolver um método de análise historicista da economia. Ele defende que é fundamental recorrer à história como base para a formulação de teorias econômicas, algo que, segundo ele, a Escola¹ não o fez, pois, caso Smith tivesse analisado o desenvolvimento da história econômica da Inglaterra, teria identificado diversos acontecimentos que evidenciam a necessidade de uma política protecionista. A própria Inglaterra recorreu a essas medidas por um longo período para impulsionar seu crescimento. No entanto, para List, Adam Smith não utilizou esses exemplos, seja por desconhecimento ou, mais provavelmente, porque, caso os considerasse, precisaria modificar sua teoria cosmopolita, reconhecendo a importância do protecionismo para o desenvolvimento de uma nação.

List atribui tanta relevância à análise histórica que, em seu livro *Sistema Nacional de Economia Política*², ele começa justamente fazendo uma análise da história de alguns países que alcançaram um alto nível de desenvolvimento comercial e se tornaram potências em determinadas épocas. Seu objetivo é identificar os acertos e erros dessas nações em suas políticas econômicas, ou a ausência delas.

Além disso, ao emigrar para os Estados Unidos da América, List percebe que, pela própria dinâmica do país, que estava em transição do estágio agrícola para o manufatureiro, era possível acompanhar de perto esse processo, List percebeu que os livros não seriam suficientes para entender o que estava acontecendo nos Estados Unidos. Pelo contrário, poderiam até atrapalhá-lo, já que as ideias econômicas dominantes da época se opunham às políticas protecionistas e defendiam um

¹ É como List definia as ideias econômicas fomentadas por Adam Smith que dominavam o cenário epistemológico econômico.

² Principal base para esta dissertação.

cosmopolitismo irrestrito. Ele concluiu que a teoria econômica deve ser analisada a partir da prática e não formulada ignorando os ensinamentos históricos, pois, ao fazê-lo, uma Nação corre o risco de repetir erros do passado ou de adotar políticas econômicas contrárias aos seus próprios interesses.

Além disso, List utiliza a história para compreender por que algumas nações prosperam enquanto outras entram em declínio, investigando as decisões, sejam econômicas ou políticas, que levaram a esses desfechos e considerando quais poderiam ter sido os resultados caso outras escolhas tivessem sido feitas.

A análise histórica é fundamental para entender o pensamento econômico de List, já que ele baseia suas conclusões no estudo de diversas potências ao longo do tempo, como a Itália, os hanseáticos, os holandeses, os ingleses, os espanhóis, os portugueses, os franceses, os alemães, os russos e os norte-americanos. Sua abordagem é marcadamente historicista: todas as suas análises partem da realidade material e da maneira como ele interpreta a história das nações. Isso demonstra que seu pensamento está profundamente comprometido com uma leitura crítica da história, tendo a Nação como seu principal objeto de estudo.

List entendeu a necessidade de formular uma política econômica nacional, pois, para ele, a Nação ocupa um espaço intermediário entre o indivíduo e a humanidade. Assim, a economia não deve ser analisada apenas do ponto de vista individual ou universal, mas principalmente a partir do papel que a Nação desempenha no desenvolvimento econômico. Com essa perspectiva, ele estudou as grandes potências econômicas até sua época, extraíndo delas exemplos que lhe forneceram uma base sólida para elaborar seu Sistema Nacional de Economia Política.

1.1 Os Italianos

O primeiro país analisado por List é a Itália, que, além de herdar em grande parte a cultura romana, possuía características naturais favoráveis, como uma base agrícola robusta e alta capacidade produtiva. Além disso, destacava-se por suas manufaturas, especialmente de linho e lã, por um sistema bancário avançado para a

época e por sua localização estratégica, que a colocava no centro das principais rotas comerciais.³

Ao ressurgir a civilização na Europa, nenhum país estava em situação tão favorável quanto a Itália, no que concerne ao comércio e à Indústria. A Barbárie não fora capaz de extirpar a cultura e a civilização da Roma Antiga. Um clima ameno e um solo fértil, não obstante um sistema primitivo de cultivo, proporcionavam alimento abundante para uma população numerosa. As artes e ofícios mais essenciais não foram destruídos, da mesma forma que as instituições municipais da Roma Antiga. Em toda parte, havia locais de pesca abundante, e a navegação ao longo das extensas costas marítimas da Itália compensava abundantemente sua falta de meios internos de transporte. Sua proximidade à Grécia, à Ásia Menor e ao Egito, e seu intercâmbio marítimo com esses países asseguravam à Itália vantagens especiais no comércio com o Oriente (List, 1983, p. 9).

Além de possuir grandes vantagens geográficas naturais, a Itália, ainda garantia uma liberdade maior para suas cidades, algo crucial para o desenvolvimento da indústria e do comércio, uma vez que, para List (1983, p. 9):

[...] a liberdade e a indústria são companheiras inseparáveis, mesmo que, com certa frequência, uma tenha nascido antes da outra. Em qualquer lugar em que o comércio e a indústria estejam florescentes, pode-se ter a certeza de que a liberdade está próxima: em qualquer lugar em que a liberdade hasteie sua bandeira, é igualmente certo que, mais cedo ou mais tarde, também a indústria se estabelecerá; pois nada é mais natural do que, depois de adquirir riqueza intelectual e material, o homem se empenhar em obter garantias de transmissão de suas aquisições aos sucessores, ou então, que, depois de ter conseguido a liberdade, devote todas as suas energias para melhorar sua condição física e intelectual.

Neste ponto, é importante salientar que, ao se referir à liberdade, List não defende a total inércia do governo em relação à população ou à economia. Ele se refere especificamente ao que hoje são conhecidos como direitos individuais, ou, no campo jurídico, como direitos liberais, incluindo o direito à propriedade privada, à liberdade de expressão e à liberdade religiosa.

Para List, a liberdade é essencial para o desenvolvimento de uma Nação, pois, sem essas garantias, os comerciantes poderiam hesitar em empreender, temendo que seus bens e negócios fossem arbitrariamente confiscados por decisões

³ List não estabelece de forma clara qual o período histórico analisado, mas traz alguns dados ao se direcionar a análise para as cidades, entre os séculos VIII e XIII

governamentais. Ao assegurar esses direitos, cria-se um ambiente propício ao empreendedorismo e ao estabelecimento de indústrias, garantindo, assim, a base para o desenvolvimento econômico de uma Nação:

Deparamos com uma concepção equívoca e falsa, que tem gerado muito erros, ocasionados pelo abuso do termo “liberdade”. Fala-se de liberdade de comércio nos mesmos termos em que se fala de liberdade religiosa e de liberdade civil ou municipal. Daí que os amigos ou defensores da liberdade sentem-se obrigado a defende-la em todas as suas formas. Assim é que é o termo “comércio livre” se tornou popular, sem estabelecer a necessária distinção entre a liberdade de comércio interno entre o Estado e a liberdade de comércio entre nações diferentes, apesar de essas duas serem tão distintas entre si como o céu e a terra, no que tange à sua natureza e à sua operação (List 1983, p. 14).

Essa é uma diferença importante entre o conceito de liberdade para List e para os defensores do livre comércio, uma vez que estes últimos compreendem a liberdade em um sentido amplo (*lato sensu*). Dessa forma, não percebem que essa proposta de liberdade irrestrita do comércio pode resultar em prejuízos para toda a sociedade.

List, portanto, diferencia a liberdade política da liberdade comercial. Ao analisar a história, ele percebe que a liberdade irrestrita do comércio pode gerar problemas, pois o interesse individual em garantir sua própria existência e acumular riqueza pode entrar em conflito com o interesse da Nação. Enquanto os indivíduos consideram prioritariamente seus interesses pessoais e familiares, a Nação, por meio do governante, deve levar em conta o bem-estar de toda a sociedade.

Essa distinção é essencial para compreender o pensamento listiano e diferenciá-lo, sobretudo, de Adam Smith. Para este, a riqueza da Nação é simplesmente a soma da riqueza gerada pelos indivíduos, um campo que List denomina economia individual. Nesse sentido, Adam Smith, em sua principal obra, não aborda diretamente a economia da Nação como economia política. Ele assume que, ao analisar a riqueza gerada pelos indivíduos, já se pode inferir a riqueza da Nação.

A partir desse raciocínio, Adam Smith defende a liberdade de comércio e dá um salto conceitual para o comércio livre, o que List chama de cosmopolitismo. No entanto, ao fazer esse salto, Smith não percebe a importância de considerar a economia política, o que para List representa um problema. Isso ocorre porque Smith não trata adequadamente do impacto das decisões governamentais no

desenvolvimento nacional ou, quando o faz, tende a enxergá-las como intervenções desnecessárias. Para ele, o comércio se autorregula por meio de suas próprias leis naturais, e a intervenção do Estado pode ser prejudicial.

Quando Adam Smith disserta sobre os salários e o lucro nos diversos tipos de mão de obra e capital, ele divide essas desigualdades em duas categorias: aquelas decorrentes das próprias ocupações, ou seja, do ramo de atividade em si, e aquelas que são oriundas de divisões políticas. Nesse sentido, Smith (1983, p.132) afirma que:

Três são as maneiras pelas quais a política europeia provoca essas desigualdades. Primeiro, limitando a concorrência, em se tratando de alguns empregos, a um número menor de pessoas do que o número daquelas que de outra forma estariam dispostas a concorrer; segundo, aumentando em outros empregos a concorrência, além da que ocorreria naturalmente; terceiro, criando obstáculos à livre circulação de mão-de-obra e de capital, tanto de uma profissão para outra como de um lugar para outro.

Essas intervenções, para Adam Smith, que defendia a necessidade do livre comércio de forma ampla, geravam desigualdades nos mercados de trabalho, pois ele acreditava que o comércio se autorregulava. Para ele, quando o Estado intervia na economia, seja limitando o número de vagas em determinadas áreas, ampliando-as ou criando obstáculos que dificultassem o transporte de mercadorias e mão de obra entre os países, isso gerava uma desigualdade maior nessas áreas de ocupação. Essa intervenção prejudicava o comércio como um todo, alterando a proporção natural⁴ das divisões do trabalho em uma determinada localidade.

Para List, a intervenção do Estado na economia pode ser ou não perniciosa, dependendo das medidas adotadas. Ele discorda de Adam Smith nesse ponto, pois entende que, em alguns casos, a intervenção direta do Estado é necessária para incentivar o desenvolvimento econômico da Nação. Enquanto Smith vê a riqueza da Nação como a soma das riquezas dos indivíduos, e acredita que a economia individual, por meio do mercado, se desenvolverá naturalmente, List considera que as intervenções do Estado podem ser benéficas, se direcionadas corretamente. Para

⁴ Adam Smith entende como natural as nuances do mercado que não dependem da intervenção de políticas do Estado, ou seja, que em sua visão estão de acordo com as leis econômicas, por exemplo, a lei geral de oferta e demanda.

Smith (1983), essas intervenções podem gerar um desenvolvimento "não natural", o que ele vê como problemático.

Por outro lado, List reconhece a necessidade de trabalhar com as diferentes áreas da economia: a economia individual, a economia política e a economia cosmopolita, cada uma com seus próprios interesses. Ele entende que essas esferas podem, em muitas ocasiões, entrar em conflito. Ou seja, os interesses individuais podem não coincidir com os da economia política ou da economia cosmopolita, e vice-versa. Por exemplo, a economia política, com foco nos interesses da Nação, pode criar restrições ou incentivos fiscais para setores específicos da economia, visando o bem coletivo, mesmo que isso reduza os lucros de alguns indivíduos ou restrinja suas liberdades econômicas. Para o indivíduo, isso pode ser visto como uma intervenção desnecessária do Estado, mas para List, essa intervenção é necessária para o bem da sociedade como um todo.

Além disso, uma Nação pode legislar contra os interesses da economia cosmopolita, como no caso da adoção de medidas protecionistas ou de embargos comerciais em favor de seu desenvolvimento nacional. Embora essa intervenção seja vista como prejudicial à economia cosmopolita, ela pode ser essencial para o crescimento da Nação, sendo, portanto, benéfica para seus interesses a longo prazo.

Outro ponto relevante que coloca em questionamento a ideia de liberdade irrestrita do comércio é o fato de que, quando o indivíduo busca apenas o lucro, pode não se preocupar com o impacto de suas ações na Nação. O que ele comercializa pode ser benéfico ou prejudicial para o país, e a intervenção do Estado é necessária para regulamentar essa economia individual e garantir que os interesses da sociedade sejam protegidos, mesmo que isso limite os interesses individuais ou da economia cosmopolita.

List observou como a liberdade nas cidades italianas, aliada a características naturais favoráveis, possibilitou maior prosperidade na Itália. Além disso, o impulso das Cruzadas e o desenvolvimento da navegação italiana ampliaram o comércio com o Oriente, o que, por sua vez, fomentou o crescimento de novas indústrias e invenções nas cidades italianas. Entre os séculos XII e XIII, a Itália possuía as condições para se tornar uma potência econômica mundial, com vastas áreas cultiváveis, uma localização estratégica para o comércio com o Oriente e cidades avançadas, que forneciam manufaturas para toda a Europa, além de receber matérias-primas de seus parceiros comerciais. List (1983, p.10) observa:

Faltava-lhe unidade nacional e o poder que dela deriva. As cidades e os poderes governamentais não agiam como membros de um corpo único, mas guerreavam-se e destruíam-se mutuamente, como se fossem potências e Estados independentes. Enquanto essas guerras devastavam externamente, cada comunidade era sucessivamente aniquilada pelos conflitos internos entre a democracia, a aristocracia e autocracia. Esses conflitos, tão destrutivos para a prosperidade nacional, eram estimulados e aumentados por forças estrangeiras e suas invasões, e pelo poder eclesiástico interno, com a sua influência perniciosa. Com isso as comunidades italianas separadas acabaram alinhando-se umas contra as outras em duas facções hostis.

Nesse sentido, List demonstra que uma cidade, mesmo poderosa, tem um limite de desenvolvimento sozinha, além disso, o fato de não estarem unidas, pelo contrário, estarem em disputas umas com as outras se tornaram vulneráveis aos ataques externos, o que seria diferente se estivessem unidas como uma Nação soberana.

Outro ponto importante, se refere à forma que ele entende o papel eclesiástico na Itália, List não era contra a igreja, mas contra os excessos que eram cometidos contra o interesse da indústria e o desenvolvimento nacional, como algumas perseguições e decretos que eram criados diminuindo a liberdade das pessoas, fazendo com que alguns artesãos e manufatores acabassem emigrando para outros lugares que poderiam ser melhor aceitos em virtude de sua religião.

List define além da falta da união nacional, outros três motivos para o declínio das cidades italianas; o primeiro se refere à descoberta da rota da Boa Esperança, que migrou o comércio com o Oriente, que antes era realizado principalmente pelos portos italianos. Ao invés de participar da nova rota comercial, Veneza, principal cidade portuária italiana, se ateve a tentar manter a rota antiga, o que acabou perdendo o comércio com o Oriente para os portugueses. O segundo motivo é de caráter interno, se referindo à mudança de valores da Aristocracia veneziana, que perdera seu espírito de outrora. De acordo com List (1983, p.11):

O poder e a prosperidade de Veneza – obra de uma aristocracia patriótica e heroica que havia emergido de uma democracia vigorosa e amante da liberdade – mantiveram-se e aumentaram enquanto a liberdade e o vigor democrático lhe conferiam força, e enquanto essa energia era guiada pelo patriotismo, pela sabedoria e pelo espírito heroico da aristocracia. Entretanto, à medida que a aristocracia se foi transformando em uma oligarquia despótica, destrutora da liberdade e das energias da nação, começaram a definhar as raízes do poder e da

prosperidade, embora o tronco e os ramos tenham aparentemente continuado a florescer ainda por algum tempo.

Nesse sentido, List entende que a diminuição do patriotismo e da preocupação com os interesses nacionais, em prol de um desejo maior de poder pelo poder, transformou a aristocracia italiana em uma elite despótica, enfraquecendo as cidades italianas. Ao priorizar os interesses meramente individuais e abusar de seu poder, essa elite, antes nobre no sentido moral, acabou prejudicando toda a sociedade, contribuindo, assim, para a decadência das cidades italianas.

O terceiro motivo está relacionado ao surgimento e consolidação das Nações regidas por monarquias absolutistas, que demonstraram que, apesar de as cidades italianas serem extremamente desenvolvidas no campo comercial, jurídico, naval e bancário, elas ainda não passavam de cidades, não conseguindo competir de igual para igual com essas Nações. Caso as cidades italianas, ao invés de estarem em guerra entre si, tivessem se unido, seria mais fácil enfrentar esses inimigos externos.

A causa de tudo isso, bem como a causa da decadência de todas as outras repúblicas italianas, deve ser procurada na ausência de unidade nacional, na dominação por parte das potências estrangeiras, no comando interno exercido pela classe clerical, bem como no surgimento de outras nações europeias, maiores, mas poderosas e mais unidas (List 1983, p.12-13).

List resume, após uma análise mais aprofundada, principalmente sobre a cidade de Veneza, os motivos do declínio das cidades italianas. Caso tivessem tomado decisões diferentes e, principalmente, realizado uma união nacional, provavelmente a Itália teria conseguido se defender dos anseios e das invasões das monarquias absolutistas de sua época.

É importante ressaltar que outros pensadores, principalmente os defensores do livre comércio, entendiam que as causas da decadência das cidades italianas estavam na intervenção do Estado na economia, sendo as medidas protecionistas internas responsáveis por essa derrocada. No entanto, List (1983, p. 13) entende que:

Essa asserção contém algo de verdadeiro e muito de errôneo. Se pesquisarmos a história de Veneza sem preconceitos, verificamos que, em seu caso, como no dos grandes reinos em períodos posteriores, tanto a liberdade de comércio internacional como as restrições impostas a tal comércio foram benéficas ou

prejudiciais para o poder e a prosperidades do país, em épocas diferentes. A liberdade total de comércio foi benéfica à república nos primeiros anos de sua existência; com efeito, de que maneira, senão dessa forma, ela poderia ter passado de uma simples aldeia de pescadores a uma potência comercial? Todavia, uma política de protecionismo também lhe foi benéfica quando atingiu certo estágio de poder e riqueza, pois foi por meio dessa política protecionista que ela atingiu a supremacia industrial e comercial. Essa política só se tornou perniciosa à república no momento em que seu poder manufatureiro e comercial atingiu aquela supremacia, pois tal proteção exclui absolutamente toda concorrência com outras nações, estimulando-se a indolência.

Esta é uma das principais diferenças entre o pensamento de Adam Smith e List, visto que Adam Smith (1983) entendia que o cosmopolitismo deveria ser adotado sempre, e qualquer intervenção do Estado que alterasse o desenvolvimento natural do comércio seria prejudicial. Por sua vez, List entende que o cosmopolitismo e medidas protecionistas devem ser adotados em diferentes graus de desenvolvimento da Nação, com impactos positivos ou negativos dependendo do momento histórico e do estágio de desenvolvimento da Nação.

O primeiro momento evolutivo de uma Nação, ou seja, quando ela se encontra em um período primário de desenvolvimento, tendo como base econômica somente a agricultura de forma primitiva ou estando em um estágio de quase barbárie, o cosmopolitismo é positivo. Isso porque, neste estágio, a Nação não conseguiria desenvolver suas manufaturas por conta própria, e o comércio com outras nações forneceria uma diversidade de produtos manufaturados que ela não conseguiria produzir sozinha. Além disso, ao aumentar o consumo de produtos manufaturados, cresce também o desejo por esses produtos na sociedade, estimulando o mercado interno e incentivando o desenvolvimento da produção nacional.

Quando a Nação começa a produzir suas próprias manufaturas e a indústria floresce, chega o momento em que as medidas protecionistas são necessárias, pois a indústria nascente concorreria de forma desigual com as indústrias de países mais desenvolvidos. Nesse sentido, é crucial proteger essa indústria emergente para assegurar o desenvolvimento da Nação.

Outro ponto importante sobre as medidas protecionistas é que elas devem ser proporcionais à necessidade e à realidade do estágio evolutivo de cada Nação. Além

disso, devem proteger apenas as áreas em que a produção de manufaturados é suficiente para atender à demanda interna da Nação. É necessário avaliar a proporcionalidade das taxas alfandegárias, que devem ser altas o suficiente para proteger o setor da concorrência externa, mas não tão altas a ponto de prejudicar o restante da sociedade.

Quando esse setor atingir um estágio de desenvolvimento capaz de competir com empresas estrangeiras, as medidas protecionistas devem ser retiradas para evitar que se crie um mercado complacente. List também entende que não se deve utilizar medidas protecionistas em alguns setores, como a importação de matérias-primas ou produtos de luxo. Produtos de luxo não são comprados com base apenas no preço, mas também por características como beleza, qualidade e a nacionalidade do produto, além de haver custos elevados para o Estado na fiscalização desses produtos. Por outro lado, taxas de importação sobre matérias-primas podem prejudicar o desenvolvimento da indústria manufatureira interna. Por exemplo, uma taxa de importação sobre a lã pode afetar a manufatura de tecidos.

List entende que, assim como o cosmopolitismo é importante em estágios iniciais de desenvolvimento, também é benéfico para países que atingiram a fronteira tecnológica de sua época. Nesse estágio, medidas protecionistas podem ser mais prejudiciais do que benéficas, pois: I) diminuem o ímpeto de desenvolvimento dos manufatureiros, impedindo-os de investir na melhoria dos processos produtivos e/ou na qualidade dos produtos manufaturados; II) aumentam o custo para a população, pois a criação de medidas protecionistas pode inicialmente aumentar o preço das mercadorias e diminuir sua qualidade. Embora seja necessário proteger a indústria nacional durante sua fase inicial, uma vez que ela atinge a fronteira tecnológica e pode competir com o mercado externo, a proteção excessiva só gerará dificuldades para o restante da sociedade.

Uma vez que List responde às análises dos cosmopolitas, ele retoma o estudo das cidades italianas, demonstrando não apenas os motivos que levaram ao seu declínio, mas também levando em consideração a importância dessas cidades para a sociedade moderna. Ele entende que “a política comercial das nações comerciais e manufatureiras modernas não é outra coisa senão uma cópia da de Veneza, apenas em escala maior” (List, 1893, p.13).

List demonstra que medidas protecionistas adotadas na modernidade já eram praticadas nas cidades venezianas, como taxas alfandegárias, que visavam favorecer

o comércio naval e as indústrias manufatureiras. A prioridade era dada à importação de matérias-primas, enquanto produtos manufaturados eram exportados, em detrimento dos navios e artigos manufaturados estrangeiros. Ele destaca que “sempre se aplicou o axioma de que constituía política sadia importar matéria-prima de outros Estados e exportar-lhes, em contrapartida, bens manufaturados” (List, 1893, p.13).

Esse axioma é algo fundamental para o desenvolvimento de uma Nação, uma vez que, ao priorizar a exportação de produtos manufaturados, assegura-se uma produção interna maior, o desenvolvimento da indústria, o aumento do trabalho e, conseqüentemente, a melhoria da vida social. Enquanto isso, a exportação exclusiva de matérias-primas gera um trabalho menos qualificado, o que impede o desenvolvimento industrial da Nação.

List percebeu a aplicação desse axioma nas cidades italianas, que importavam matérias-primas de outros países, enquanto eram responsáveis pela comercialização de produtos manufaturados com toda a Europa, além de revender produtos trazidos das Índias Orientais e de algumas colônias. Além disso, por meio das políticas de navegação, garantiam o desenvolvimento da indústria naval, empregando seus navios na pesca, no transporte de produtos manufaturados e na escolta, assegurando, assim, a segurança desse setor. List salienta, no entanto, que essas medidas protecionistas tinham um limite, pois, apesar de as cidades italianas serem imponentes, ainda eram apenas cidades, e a falta de união nacional foi o principal obstáculo ao seu desenvolvimento.

Veneza, embora dona de algumas províncias e ilhas – não passando, porém, nunca, de uma simples cidade italiana –, só precisava competir, durante o período em que passou a ser uma potência comercial e manufatureira, com outras cidades italianas; conseqüentemente, sua política comercial protecionista poderia beneficiá-la somente enquanto não competissem com ela nações inteiras, poderosas e unidas. Desde o momento em que tal concorrência mais poderosa começou a ocorrer, a República de Veneza só poderia manter sua supremacia colocando-se à frente de uma Itália unida e englobando em seu sistema comercial toda a nação italiana. Nenhuma política comercial jamais foi tão boa e sábia a ponto de conseguir manter continuamente a supremacia comercial de uma cidade individual sobre nações inteira unidas (List, 1893, p.13).

Esta percepção de List é de suma importância para compreender os limites de uma política protecionista, que varia de Nação para Nação, como no caso de Veneza, onde atingiu seu limite no momento em que passou a competir com nações unificadas.

Ao manter as políticas protecionistas vigentes de outrora, essas medidas tornaram-se prejudiciais, uma vez que Veneza já havia alcançado a supremacia comercial em relação às outras nações. Dessa forma, seria muito mais benéfico para Veneza participar do comércio livre do que manter as medidas protecionistas na mesma intensidade que antes.

Assim, após analisar a história das cidades italianas, List percebe que a liberdade concedida a elas, os resquícios do império romano de outrora, suas grandes e prósperas pastagens, sua rota comercial com o Oriente, seu sistema bancário bem desenvolvido, entre outros fatores, aliados às medidas protecionistas, principalmente na indústria naval e nas manufaturas, possibilitaram seu desenvolvimento, fazendo com que se tornassem potências por muito tempo. No entanto, devido ao não entendimento econômico sobre seu atual estado de coisas, em que as medidas protecionistas passaram a desencorajar o desenvolvimento de suas manufaturas, uma vez que já estavam na fronteira tecnológica de seu tempo, o que antes foi benéfico passou a ser um veneno para as cidades italianas.

Além disso, List percebeu o limite de uma cidade isolada. Veneza, por exemplo, conseguiu manter a dominação econômica de seu tempo enquanto competia com outras cidades. No entanto, quando surgiram as nações com monarquias absolutistas unificadas, Veneza se mostrou apenas uma pequena cidade. Pela falta de união nacional da Itália, ela não conseguiu competir com as outras nações já unificadas.

1.2 Os Hanseáticos

List acreditava que a indústria imbuía na sociedade um espírito⁵ do progresso, da liberdade, bem como aumentava e diversificava as interações sociais. Um espírito que ele viu, nas cidades italianas e que:

Depois de haver exercido sua plena influência benéfica na Itália, o espírito da indústria, do comércio e da liberdade cruzou os Alpes, penetrou na Alemanha e erigiu novo trono nas costas dos mares do Norte; o Imperador Henrique I⁶, pai do liberador das cidades italianas, promoveu a fundação de novas cidades e a expansão de outras mais

⁵ List, quando se refere a espírito, ele está relacionando a cultura, desta forma sempre que haver a palavra espírito, seja espírito manufatureiro, espírito industrial, espírito da Nação, etc. será relacionado à cultura.

⁶ Reinado de 912 a 936.

velhas, já existentes, em partes, onde floresciam as antigas colônias romanas e em parte dos domínios imperiais (List, 1983, p.15).

Para ele, o desenvolvimento das manufaturas também propicia o desenvolvimento das artes, da cultura, da ciência e do lazer, uma vez que aumenta a diversidade de mercadorias e a interação entre as pessoas. Ele faz essa constatação ao analisar a diferença entre as cidades e o campo. No campo, pela natureza do trabalho agrário, as pessoas tendem a se limitar aos afazeres rurais, além das grandes distâncias até seus vizinhos, o que diminui as interações sociais que poderiam existir.

Por outro lado, as cidades oferecem uma gama maior de entretenimento, mercadorias e outras atividades que incentivam uma maior interação humana. Diferente do campo, onde as pessoas estão afastadas, as cidades aproximam as pessoas por meio do trabalho, além de oferecerem uma variedade de mercadorias, o que, por sua vez, incentiva o progresso. De acordo com List:

Em um país dedicado apenas à agricultura em estágio primitivo predominam as seguintes características: embotamento da mente, despreparo físico, adesão obstinada a conceitos, costumes, métodos e processos antiquados, falta de cultura, de prosperidade e de liberdade. Ao contrário, desejo e empenho por constante crescimento das aptidões mentais e corporais, espíritos de emulação e liberdade caracterizam uma nação voltada para a manufatura e o comércio (List, 1983, p.137).

Para List, isso se deve ao isolamento proporcionado pelo campo para seus residentes. No estágio primitivo da Nação agrícola, há uma tendência à repetição das atividades por parte dos agricultores, visto que eles produzem o que é necessário para seu sustento e, no máximo, exportam o excedente e importam algumas mercadorias para auxiliar no trabalho agrícola. Isso faz com que as relações sociais dessas pessoas se tornem mais restritivas. Além disso, devido ao baixo incentivo ao desenvolvimento científico, elas tendem a atribuir seus resultados a uma divindade ou à natureza, o que as leva a viver de forma mais acomodada com sua situação.

O incremento da manufatura e o crescimento das cidades modificam esse estado de coisas, proporcionando maiores interações sociais entre as pessoas. Inclusive, nos campos próximos à cidade, há uma maior diversificação da produção agrícola, visto que o comércio com a cidade facilita a venda desses produtos que, devido à ineficiência dos transportes nos países mais primitivos, tendem a se perder

na exportação. Além disso, há um incentivo maior a outras formas de lazer nas cidades do que nos campos mais afastados. Com a facilidade de usufruir das comodidades que as cidades oferecem, seus moradores acabam frequentando mais as áreas urbanas.

Dessa forma, List entende como benéfica para ambos, campo e cidade, o aumento da relação entre eles. A população das cidades depende da produção de alimentos realizada no campo, e, ao mesmo tempo, o campo se desenvolve à medida que se inter-relaciona com as cidades. Além disso, as cidades são fontes importantes de receita para o Estado, bem como garantem maior segurança e prosperidade para a nação. List (1983, p. 15) verificou que:

Henrique I e seus sucessores consideravam as cidades como o mais poderoso contrapeso para a aristocracia, como a mais rica fonte de receita para o Estado, e como uma nova base para a defesa nacional. Por meio de suas relações comerciais com as cidades da Itália, de sua concorrência com as indústrias italianas, e mediante suas instituições livres, estas cidades atingiram cedo um alto grau de prosperidade e civilização. A vida em comum, levada pelos cidadãos dessas cidades associadas em uma liga, deu origem a um espírito de progresso nas artes e na manufatura, bem como a um grande empenho no sentido de distinguir-se pela riqueza e pela livre iniciativa; em contrapartida, a conquista da riqueza material estimulava novos empreendimentos e iniciativas para adquirir cultura e progresso político.

A Liga Hanseática surgiu imbuída desse espírito emulador gerado pelas manufaturas. Suas cidades se viram, muito cedo, em virtude, principalmente, do comércio com as cidades italianas, no desenvolvimento de sua indústria e comércio, o que, por sua vez, gerou a necessidade de união entre elas para assegurar o traslado de suas mercadorias. Isso se deu porque havia muita pirataria na época, e a segurança do comércio era de vital importância para o desenvolvimento da Nação.

Essa necessidade de proteção possibilitou a união, ainda que restrita, das cidades pertencentes à liga, promovendo o desenvolvimento dessas cidades e tornando, por um determinado período histórico, a Liga Hanseática uma grande potência comercial de toda a Europa, chegando a intervir em diversos países.

Reforçadas pelo poder da liberdade e da indústria florescente, porém expostas aos ataques de assaltantes e piratas de terra e mar, as cidades marítimas do norte da Alemanha sentiram bem cedo a necessidade de uma união mútua mais estreita, para sua proteção e defesa. Com esse objetivo, Hamburgo e Lübeck formaram uma liga

em 1241, liga esta que, antes do término do século XIII, englobava todas as cidades de qualquer importância localizada nas costas do mar Báltico e nos mares do Norte, ou às margens dos rios Oder, Elba, Weser e Reno (num total de 85 cidades). Essa confederação adotou o nome de “Hansa”, palavra que, no dialeto do baixo alemão, significa liga. (List, 1983, p. 15).

A Liga Hanseática tornou-se a maior potência comercial de sua época, realizando comércio com toda a Europa. A exemplo das cidades italianas, criou uma legislação que garantia proteção para sua indústria naval. Além disso, fortaleceu sua indústria bélica, aumentando seu poderio naval para proteger seus navios mercantes, pois percebeu a necessidade de defender esses navios para garantir a segurança de seu comércio, tanto marítimo quanto terrestre.

Sabendo que toda potência que desejar criar e manter um vasto comércio marítimo deve possuir os meios para defendê-lo, os hanseáticos criaram uma poderosa esquadra naval; convencidos, além disso, de que poderio naval de um país é grande ou pequeno em razão da extensão de sua marinha mercante e de seus postos de pesca marítima, sancionaram uma lei em virtude da qual os bens e produtos da Hansa só poderiam ser transportados por embarcação de bandeira hanseática, e ao mesmo tempo fundaram grande número de postos de pesca. (List, 1983, pp. 15 e 16)

Nesse sentido, List demonstra a utilização de medidas protecionistas por parte dos hanseáticos, uma vez que condicionavam o escoamento das mercadorias produzidas pelas cidades da liga a embarcações com bandeiras próprias, garantindo, assim, um monopólio do frete em relação aos seus produtos. Esse fato possibilitou o desenvolvimento de sua indústria naval mercante e bélica, visto que essa proteção assegurava que todo o comércio fosse realizado por navios com bandeira hanseática. Além disso, List observa o interesse em fundar e garantir vários postos de pesca para a Hansa, assegurando não só a produção para o mercado interno, mas também para a exportação, o que, por sua vez, também impulsionou o desenvolvimento da sua indústria pesqueira e das atividades ligadas a esse ramo, direta ou indiretamente.

Outra constatação importante feita por List é a inter-relação entre a marinha mercante e o poderio naval, visto que, para garantir o comércio marítimo com outros países, é necessário possuir um poderio naval que impeça ou, pelo menos, diminua a ação de piratas e assaltantes, protegendo os navios mercantes. Isso, por sua vez,

aumenta o incentivo ao desenvolvimento de uma indústria naval ainda mais forte, pois ela cresce à medida que o comércio marítimo exige.

Os hanseáticos, baseados nas leis de navegação venezianas, criaram suas próprias normas, garantindo assim segurança e proteção para seus navios e para os empreendedores do ramo comercial. Para estes, era mais salutar e benéfico colocar seus navios sob a bandeira hanseática do que atuar de forma independente, já que a exploração dessa atividade era exclusiva para os navios que portavam a bandeira da liga, incentivando, assim, a adesão dos empreendedores à Hansa.

Os hanseáticos passaram a exercer domínio no comércio naval em toda a Europa, alcançando benefícios com vários países, entre eles a Inglaterra, que, antes de desenvolver sua própria indústria, se beneficiou do comércio com os hanseáticos, conhecidos como *Easterlings*⁷.

Os governos dos povos nórdicos, impressionados com os benefícios que o comércio com os hanseáticos prometia trazer-lhes – na medida em que lhes proporcionava não somente o meio de dar vazão ao excedente de produtos de seus próprios territórios, e de obter em troca artigos manufaturados muito melhores do que os produzidos internamente, mas também de enriquecer seus tesouros e cofres mediante impostos de importação e exportação, e de dar ocupação a seus súditos entregues à ociosidade, à turbulência e à revolta –, consideravam golpe de sorte toda vez que os hanseáticos fundavam fábricas em seus territórios, e empenhavam-se em induzi-los a fazerem isso, oferecendo-lhes privilégios e favores de toda espécie. (List, 1983, p. 16)

Esta é mais uma alusão ao entendimento de List sobre as vantagens do comércio livre para sociedades que ainda se encontravam em estágio primitivo, como era o caso da Inglaterra, que realizava o comércio com os hanseáticos, importando produtos manufaturados e exportando matéria-prima, além de outros produtos produzidos em seu território. Esse comércio era realizado com o uso dos navios mercantes da Hansa, o que, por muito tempo, garantiu aos hanseáticos o controle de

⁷ List (1983) faz uma nota de rodapé na pag. 16 na qual referência a denominação da moeda inglesa aos hanseáticos, uma vez que, por um determinado tempo, toda a moeda presente na Inglaterra era da Liga.

praticamente todo o comércio externo da Inglaterra. Isso foi benéfico para os ingleses, dado o seu momento histórico e a capacidade industrial ainda primitiva.

Os governantes ingleses ainda cobravam impostos, tanto sobre importações quanto sobre exportações no comércio com os hanseáticos, o que aumentava ainda mais a importância do comércio externo. Isso resultava no acúmulo de recursos nos cofres públicos, ampliando gradualmente a capacidade financeira do país. Além disso, o comércio com os hanseáticos possibilitava a entrada de produtos de melhor qualidade na Inglaterra, o que, por sua vez, aumentava o desejo por produtos manufaturados por parte do povo, estimulando, assim, mesmo que de forma indireta, a criação de algumas fábricas dentro do país. Isso acabou ocorrendo com a implementação de uma fábrica em Londres. List (1983, p. 17) atesta que:

Alguns comerciantes alemães, isto é, os de Colônia, depois de haverem por muito tempo mantido relações comerciais com a Inglaterra, ao final fundaram em Londres, no ano de 1250, a convite do rei, a fábrica que se tornou tão renomada sob o nome de “The Steelyard” – uma instituição que, de início, exerceu tanta influência na promoção da cultura e da indústria na Inglaterra, mas posteriormente despertou tanto ciúme nacional, e que durante 375 anos, até sua dissolução definitiva, constituiu causa de conflitos tão longos e acalorados.

No início, a relação comercial com a Inglaterra, era de exportação de produtos manufaturados e importação de matérias-primas como lã, estanho, couro cru, manteiga e outros produtos de origem animal, vegetal ou mineral, visto que a Inglaterra, por ainda estar em estágio primitivo, só conseguia produzir e exportar produtos de baixa industrialização ou produtos da terra. Além disso, os hanseáticos ainda exportavam produtos oriundos da Índia, tanto para a Inglaterra quanto para outros países da Europa.

Nessa época, a Inglaterra se beneficiava do comércio com os hanseáticos, justamente pela exportação dos produtos produzidos na terra e importando produtos de melhor qualidade, principalmente de vestuário, o que possibilitou, com o passar do tempo, desenvolver sua indústria. Mas antes disto, a Inglaterra se beneficiou do livre comércio com a Hansa, uma vez que, estando em estado primitivo não conseguiria produzir os produtos manufaturados oriundos dos hanseáticos. Desta forma, este livre

comércio foi de crucial importância para o desenvolvimento da Inglaterra. Nesse sentido, List (1983, p. 17) demonstra que:

A experiência de todos os países em todos os tempos ensina-nos que as nações, enquanto permanecem em estado primitivo ou de barbárie, auferem benefícios incalculáveis do comércio livre e sem restrições, em virtude do qual podem dar vazão a seus produtos oriundos da caça e da pecuária, das florestas e da agricultura, em suma, matérias-primas de todo o tipo, obtendo em troca melhores roupas, melhores máquinas e utensílios, bem como os metais preciosos – o grande meio de intercâmbio. Consequentemente, tais países, de início, aprovam e adotam o comércio livre, sem restrições. Todavia, a mesma experiência mostra também que esses mesmo países, quanto mais avançam em suas culturas e em sua indústria, começam a dispensar menos simpatia a tal sistema, e que, ao final, acabam por considerá-lo como pernicioso e como um obstáculo ao seu progresso futuro. Tal foi o que ocorreu com o comércio entre a Inglaterra e os hanseáticos.

A medida que a Inglaterra se desenvolveu, criou de forma gradativa empecilhos para a Hansa, sendo que antes, quando estava em estado ainda primitivo, o governo inglês facilitou o comércio com os hanseáticos, dando-lhes incentivos tanto alfandegários quanto facilidades e prioridades na exportação e importação de produtos, a ponto de que em um determinado momento, praticamente todo o comércio externo da Inglaterra era gerenciado pela Hansa.⁸ Porém, à medida em que a Inglaterra foi se desenvolvendo, passou a diminuir gradativamente os incentivos que outrora concedia para a liga, até chegar um ponto em que acabara de vez com o comércio com os hanseáticos.

Este processo durou cerca de um século, foi quando “Eduardo II concebeu a opinião de que uma Nação poderia fazer algo de mais útil e mais benéfico do que exportar lã em estado bruto e importar tecidos manufaturados a partir da lã” (List, p. 17). Até este momento, a Inglaterra se atinha a produzir somente a lã crua para os hanseáticos, e estes usavam essa lã para a sua indústria têxtil e exportavam para a Inglaterra seus tecidos e roupas em estado completo.⁹

⁸ List apud Hume, pág. 16 e 17

⁹ Nesta época, a produção de roupa já era um dos maiores e mais rentáveis produtos a serem comercializados, diferente de hoje que a tecnologia permite produzir em larga escala e com o custo muito baixo roupas de várias espécies, isto não era uma realidade nesta época, o que só veio a mudar com o uso das máquinas de fiar a vapor inglesas; que foi a mola propulsora do desenvolvimento Inglês.

Este tipo de comercio, bem como de outros produtos manufaturados e os produtos orientais, foram responsáveis, por muito tempo, pelo domínio dos hanseáticos. Uma vez que, não foram só com a Inglaterra que a Hansa fez comercio, mas com vários países, principalmente os nórdicos, inclusive com o império russo, além disso, por adotarem medidas protecionistas em relação ao transporte de suas mercadorias, ao exigir que as mercadorias da liga só poderiam ser transportadas por embarcações com a bandeira hanseática propiciou o desenvolvimento de um poderio naval que garantiu um domínio mercante em praticamente todo o comercio nórdico.

Outra especificidade dos hanseáticos era que, estes “baseavam seus direitos de fornecer artigos manufaturados a todos os países, em tratados efetivos e na posse imemorial do comércio” (List, 1983, pag.19). Desta forma, os hanseáticos realizavam acordos comerciais com os seus parceiros garantindo, por intermédio destes tratados, que seus interesses comerciais seriam salvaguardados. Com isto, os hanseáticos garantiam de forma legal¹⁰ que seu comercio e sua influência não seriam prejudicados, pelo contrário, com esta salvaguarda eles garantiam uma relação comercial mais sólida com seus parceiros, uma vez que são regulamentadas por estes tratados, necessitando de uma alteração jurídica e política para pôr fim aos seus interesses.

Com o passar do tempo e o desenvolvimento da Inglaterra¹¹, estes tratados que outrora concediam privilégios para os hanseáticos foram diminuindo, inclusive com o rei Eduardo II, criando medidas proibitivas¹² sobre o comercio de tecidos, o que prejudicava o comercio com os hanseáticos. Porém, as medidas inglesas passaram a atrair muitos artífices estrangeiros, o que gerou um aumento dos preços dos produtos de gênero alimentício devido à grande quantidade de pessoas nas cidades, propiciando maior desenvolvimento da indústria agrícola¹³ bem como aumentando as manufaturas nacionais. List (1983, p. 19) disserta que o rei Henrique VIII:

¹⁰ No sentido jurídico, por intermédio de leis e acordos que garantam o cumprimento destes.

¹¹ Será tratado melhor, sobre o ponto de vista da Inglaterra, em um capítulo específico sobre os ingleses, por enquanto, o que está sendo tratado sobre a Inglaterra é somente o que impactou os hanseáticos.

¹² São medidas tomadas com o intuito, não somente de proteger a sua indústria, mas proibir de forma expressa ou tácita, na medida em que cria taxas alfandegárias exorbitantes à importação ou exportação de determinadas mercadorias e/ou mão de obra.

¹³ Indústria na época era tida de forma diferente da atualidade, abrangendo todas as manufaturas e atividades econômicas.

Interpretando de forma totalmente errônea este fenômeno, deu ouvido às queixas injustas dos ingleses contra os artesãos estrangeiros, os quais os próprios ingleses reconheciam como superiores, a eles mesmos no tocante à habilidade profissional, à operosidade e à frugalidade. Uma ordem do Conselho de Estado decretou a expulsão de 15 mil artífices belgas, “por terem eles feito subir os preços de todos os gêneros alimentícios e exposto a nação ao risco da fome”. A fim de cortar esse mal pela raiz, foram baixadas leis para limitar os gastos pessoais, para regular o estilo de vestir, os preços dos gêneros e os salários.

A medida tomada por Henrique VIII, juntamente com outras, resultou em um retorno mais intenso do comércio com os hanseáticos, que passaram a ter uma excelente relação com este rei, incluindo a disponibilização de seus navios de guerra para proteger a Inglaterra. Para List, no entanto, essa ação foi equivocada, pois, ao não perceber o crescimento de sua indústria e o aumento do mercado interno, e ao dar mais importância às solicitações da população, especialmente dos artesãos, Henrique VIII tomou medidas que prejudicaram o desenvolvimento contínuo da Inglaterra, fazendo com que o país voltasse a depender do comércio com os hanseáticos.

Henrique VIII seguiu um caminho diferente do reinado de Eduardo VI, em que “o Conselho de Estado procurou e encontrou pretextos para abolir os privilégios dos hanseáticos” (List, 1983, p. 19). Nesse período, medidas foram adotadas para privilegiar os comerciantes ingleses em relação aos estrangeiros, resultando em um maior desenvolvimento do comércio interno e no enfraquecimento da presença dos hanseáticos, que se opuseram fortemente, protestando diretamente com o rei para garantir seus privilégios comerciais, anteriormente assegurados.

Ao longo de vários reinados na Inglaterra, os interesses dos hanseáticos foram, ora garantidos, ora prejudicados, dependendo do monarca no poder e da influência crescente da indústria nas decisões políticas. Em alguns momentos, o comércio praticamente desapareceu devido às medidas protecionistas adotadas por certos reis, enquanto, em outros, houve grande liberdade que favoreceu os hanseáticos.

Durante o reinado da rainha Maria, todos os privilégios dos hanseáticos, que haviam sido retirados, foram novamente concedidos. No entanto, eles buscavam

ainda mais benefícios, o que não foi atendido. Pelo contrário, esses privilégios foram novamente suspensos no reinado da rainha Isabel, que passou a favorecer os comerciantes ingleses, os quais acabaram dominando todo o comércio interno e externo da Inglaterra (List, 1983, p. 20).

Dividiram-se em duas categorias, os comerciantes “residentes” e os comerciantes “aventureiros”, sendo que os primeiros exerciam o comércio em qualquer lugar, e os segundos procuravam sua fortuna em cidades e países estrangeiros, vendendo tecidos e outros artigos manufaturados ingleses. Isso despertou o ciúme dos hanseáticos a tal ponto, que tentaram todos os meios para lançar os descréditos de todas as nações sobre os comerciantes ingleses. Ao final, em 1.º de agosto de 1579, conseguiram um edito imperial, em virtude do qual ficava proibido aos comerciantes ingleses exercerem qualquer comércio dentro dos limites do Império Germânico. A rainha retrucou (em 13 de janeiro de 1598) com uma proclamação, em consequência da qual procurou represálias apreendendo sessenta embarcações hanseáticas envolvidas em ações de comércio de contrabando com a Espanha. Ao adotar essa medida, a primeira intenção da rainha era restituir os navios, e dessa forma chegar a uma melhor compreensão e entendimento com os hanseáticos. Todavia, ao ser informada de que se estava celebrando uma assembleia geral dos hanseáticos na cidade de Lübeck, objetivando adotar medidas para impedir o comércio de exportação dos ingleses, mandou confiscar todos esses navios com suas cargas, e depois liberou dois deles, enviando-os a Lübeck com a mensagem de que expressava o máximo desdém pela Liga Hanseática e por todos os seus procedimentos e medidas.

A hegemonia comercial que a Hansa exercia sobre a Inglaterra perdeu relevância quando o país entendeu a necessidade de proteger e favorecer sua própria indústria. Esse cenário se tornou altamente problemático para a liga hanseática, pois, ao perder o domínio do mercado inglês, a Hansa não apenas enfrentou a ascensão de um novo adversário de peso no comércio global, mas também foi forçada a adotar ataques retóricos contra a Inglaterra, com o intuito de manter seu domínio comercial em outras partes do mundo.

Por sua vez, a Inglaterra, ao estabelecer uma distinção clara entre comerciantes residentes e aventureiros, passou a dominar seu comércio, tanto interno quanto externo. Esse controle sobre o comércio foi um dos fatores que possibilitou a ascensão do Império Britânico, consolidado algum tempo depois, tornando a influência e a interferência dos hanseáticos na economia inglesa cada vez mais irrisórias.

Com o tempo, apesar de possuírem condições bélicas e materiais para resistir aos avanços ingleses, principalmente após as medidas adotadas pela rainha Isabel, os hanseáticos não reagiram. Isso se deve, em grande parte, à falta de coragem em sua liderança, como atesta List (1983, p. 20), que:

Com efeito, os hanseáticos ainda possuíam suficiente poder para vingar-se desta conduta da Rainha Isabel da Inglaterra; todavia, os hanseáticos já não tinham aquela antiga coragem, aquele vigoroso espírito empresarial, e o poder inspirado pela liberdade e pela cooperação. Seu poder decaiu gradualmente, até que, finalmente, em 1630, sua Liga foi formalmente dissolvida, depois de haverem suplicado a todas as cortes da Europa privilégios de importação, sendo rejeitados em toda parte com desdém.

Vários foram os motivos que levaram ao fim da Liga Hanseática, sendo um dos principais a crescente destituição de seus privilégios por parte de seus parceiros comerciais. Esse fato culminou na diminuição do poderio naval da liga e na perda de sua influência em outros países. A Hansa perdurou por muito tempo, usufruindo de privilégios econômicos em diversos países, especialmente no que tange à importação e exportação de mercadorias, ao fornecimento de auxílio militar naval, além de outras medidas que lhe garantiam uma forte influência política junto aos seus parceiros comerciais.

Vale destacar também que a Liga Hanseática combatia com destreza a pirataria nos mares, sendo que "o pirata era considerado como o inimigo do mundo civilizado, sendo extirpado sempre que fosse possível" (List, 1983, p. 21). A Hansa desempenhava esse papel de forma primordial, garantindo, assim, a segurança do comércio marítimo.

Durante muito tempo, a Liga Hanseática dominou as rotas comerciais, especialmente no mar Báltico e nos mares nórdicos. No entanto, assim como aconteceu com Veneza, "a descoberta da rota comercial para as Índias Orientais, contornando o cabo da Boa Esperança, afetou seriamente a Liga e lhe trouxe grande prejuízo" (List, 1983, p. 21). Esse novo cenário alterou significativamente a dominação marítima que a Hansa possuía sobre o comércio, o que contribuiu ainda mais para seu declínio. Além disso, List (1983, p. 21) observa que:

O comércio dessas cidades hanseáticas não era um comércio *nacional*; não era baseado na preponderância igual e no desenvolvimento perfeito dos poderes internos de produção, nem era sustentado por um poder político adequado. Os vínculos que mantinham unidos os membros da Liga Hanseática eram muito fracos, a disputa entre eles pelo predomínio no poder e por interesses individuais (ou como diriam os suíços ou os americanos, o espírito de cantão, o espírito de autonomia estadual) predominava em excesso e tomava o lugar do patriotismo – o único fator que poderia levar os membros da Liga a considerar o bem comum antes dos interesses particulares das cidades individuais. Disso surgiram ciúmes e, não raramente, traições. Assim é que Colônia aproveitou-se para sua própria vantagem da hostilidade da Inglaterra contra a Liga, e Hamburgo tentou aproveitar-se para sua própria vantagem de uma disputa que surgiu entre a Dinamarca e Lübeck. (Grifos do autor).

List percebeu na Liga Hanseática o mesmo fenômeno que ocorreu nas cidades italianas, onde a falta de união nacional, o desprezo por um espírito patriótico e as desavenças internas, causadas por uma mentalidade que priorizava a cidade em detrimento da liga, também foram fatores determinantes para o seu declínio. Além disso, as cidades hanseáticas, embora dominassem o comércio externo, não tinham um mercado interno suficientemente desenvolvido, pois se baseavam mais no comércio externo do que na produção interna.

A Hansa, por ter dominado o comércio externo e feito dessa sua principal fonte de riqueza, não priorizou o desenvolvimento interno. Esse modelo funcionou enquanto seus parceiros comerciais ainda estavam em estágios primitivos de desenvolvimento manufatureiro. No entanto, quando esses países alcançaram um maior nível de desenvolvimento interno, começaram a restringir os privilégios outrora concedidos aos hanseáticos. Nesse contexto, List (1983, p. 21-22) afirma que:

As cidades hanseáticas não baseavam seu comércio na produção e no consumo, na agricultura ou na manufatura do país ao qual pertenciam seus comerciantes. Havia descuidado de fomentar a indústria agrícola de sua própria pátria, enquanto a de países estrangeiros foi muito estimulada pelo comércio dos hanseáticos. Consideravam mais conveniente comprar bens manufaturados na Bélgica do que fundar fábricas em seu próprio país. Encorajaram e promoveram a agricultura da Polônia, a criação de ovelhas na Inglaterra, a indústria siderúrgica na Suécia, e as artes e ofícios na Bélgica. Durante séculos agiram segundo a máxima que os

economistas teóricos de nossos dias recomendam a cada nação adotar – só “compravam no mercado mais barato”. Acontece que, quando foram excluídos dos mercados das nações das quais compravam e das nações para as quais vendiam, nem a sua agricultura nativa nem a sua indústria manufatureira estavam suficientemente desenvolvidas para fornecer emprego para o seu capital comercial excedente. Em consequência, esse capital excedente fluiu para a Holanda e para a Inglaterra, servindo, portanto, para aumentar a indústria, a riqueza e o poder de seus inimigos; uma prova evidente de que a operosidade ou indústria meramente privada e particular, quando abandonada ao seu próprio curso, nem sempre promove a prosperidade e o poder das nações. Em seu esforço exclusivo de acumular riqueza material, essas cidades negligenciaram totalmente a promoção de seus interesses políticos.

List percebe que o pensamento defendido pela Escola, segundo o qual se deve sempre comprar do fornecedor mais barato, acaba se tornando problemático por dois motivos fundamentais. O primeiro é que essa prática contribui para o desenvolvimento da indústria estrangeira em detrimento da indústria nacional, além de expor o país a riscos econômicos caso ocorram mudanças políticas que afetem essa relação comercial. O segundo problema é a falta de incentivo à industrialização própria e ao fortalecimento das forças produtivas internas. Assim, para List, é mais vantajoso garantir o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e da indústria nacionais do que favorecer o crescimento econômico de países que, no futuro, podem se tornar adversários.

Essa ideia está no cerne do pensamento listiano: é preferível possuir a capacidade de produzir riqueza material a depender da importação de terceiros. Quando um país fortalece sua própria capacidade produtiva, pode tanto atender às demandas do mercado interno quanto competir no mercado externo, garantindo maior estabilidade econômica.

Dessa forma, List argumenta que é essencial fomentar o desenvolvimento das forças produtivas nacionais e expandir o comércio interno. Isso impede que o país fique vulnerável às oscilações políticas internacionais que possam comprometer sua produção e acesso à riqueza material. Um mercado interno robusto, portanto, é muito mais benéfico do que um mercado externo forte aliado a um mercado interno fraco, situação que ocorreu com a Liga Hanseática. Os hanseáticos, ao perderem seus privilégios no comércio externo devido ao crescimento econômico de outras nações, foram gradualmente perdendo influência. Como não investiram no fortalecimento das

suas forças produtivas e no desenvolvimento interno, acabaram por entrar em declínio.

Além disso, List ressalta a importância de uma política econômica nacional que priorize o bem-estar da sociedade. O exemplo hanseático demonstra que uma economia baseada exclusivamente na iniciativa privada, sem compromisso com o desenvolvimento nacional, pode ser prejudicial a longo prazo. Os hanseáticos privilegiavam o lucro imediato, comprando dos fornecedores mais baratos e vendendo para os mercados mais lucrativos, sem considerar o impacto disso no fortalecimento da própria nação. Quando a liga foi extinta, o capital excedente que haviam acumulado foi direcionado para outros países mais promissores, como a Holanda e a Inglaterra, seus principais concorrentes, contribuindo ainda mais para a derrocada da Hansa.

Outro ponto importante é o que aconteceu com a liga hanseática, ao não ter uma política industrial nacional, deixando tão somente para a livre iniciativa da economia individual, comprovou que a riqueza promovida tão somente pela economia individual, pode não ser tão benéfica para a economia nacional quando a Nação não toma medidas para garantir o desenvolvimento da sociedade. Medidas estas que foram tomadas pela Inglaterra que beneficiou, à medida que foi aumentando a sua maturidade do comércio e da indústria para garantir seu desenvolvimento interno, colocando em cheque o pensamento defendido pela Escola de que uma Nação melhor se desenvolve quando adota um livre comércio absoluto, simplesmente deixando o mercado se auto regular. List (1983, p. 22) demonstra que:

Se os ingleses tivessem deixado as coisas acontecerem – *laissez faire et laissez aller*, bem como recomenda a escola popular econômica –, os comerciantes da Liga Hanseática continuariam hoje a exercer seu comércio em Londres, os belgas estariam ainda fabricando roupas para os ingleses, a Inglaterra continuaria sendo a fazenda dos hanseáticos para a criação de ovelhas, da mesma forma como Portugal se tornou a vinha da Inglaterra, e nessa condição permaneceu até os nossos dias, devido ao estratagema de um diplomata astuto. Na realidade é mais do que provável que, sem a sua política comercial, a Inglaterra jamais teria atingido o grau de liberdade municipal e individual de que hoje desfruta, pois tal liberdade é filha da indústria e da riqueza. (Grifos do autor)

Sendo assim, List analisa criticamente as causas que levaram ao domínio e ao declínio da Liga Hanseática, destacando sua influência no desenvolvimento da economia inglesa. Ele demonstra que a decadência dos hanseáticos ocorreu justamente por seguirem os princípios defendidos pela Escola, que pregava a liberdade irrestrita de comércio, a compra sempre do fornecedor mais barato e a crença de que o desenvolvimento econômico aconteceria de forma espontânea, sem a necessidade de uma política econômica voltada para o fortalecimento nacional, diferentemente do que foi feito pela Inglaterra.

Além disso, List enfatiza a importância de desenvolver o mercado interno e incentivar as forças produtivas nacionais para gerar riqueza para a Nação, em vez de se limitar ao acúmulo de capital privado e individual. Ele argumenta que a riqueza, quando desvinculada do interesse nacional, tende a priorizar os benefícios dos indivíduos que a detêm, levando à migração de capitais para outros países caso ofereçam melhores oportunidades de expansão ou proteção, um fator que contribuiu para o declínio da Liga Hanseática.

1.3 Inglaterra

A Inglaterra tornou-se a maior potência econômica e manufatureira da Europa, em grande parte devido às diversas medidas econômicas adotadas por seus monarcas ao longo da história para fomentar o desenvolvimento de suas indústrias nascente. List (1983, p. 31) afirma que “a fonte e origem da grandeza industrial e comercial da Inglaterra deve ser identificada sobretudo na criação de ovelhas e na manufatura de lã”. Esse setor econômico tornou-se fundamental para impulsionar o crescimento econômico inglês, com a indústria da lã consolidando-se como a base da soberania manufatureira do país.

No entanto, antes do estabelecimento de relações comerciais com os hanseáticos, a Inglaterra encontrava-se em um estágio primitivo de desenvolvimento, limitando-se à agricultura e à suinocultura, sem explorar plenamente seu potencial econômico por meio da ovinocultura. Essa limitação deveu-se, em grande parte, ao estágio inicial de desenvolvimento em que o país se encontrava, no qual:

Havia escassez de feno para o gado no inverno, e, conseqüentemente (sic), grande parte do gado tinha que ser abatida no outono; tanto o estoque em animais como o adubo eram deficientes. Da mesma forma que ocorre em todos os territórios subdesenvolvidos – como antigamente na Alemanha, e nas regiões ainda incultas da América, até os nossos dias –, a suinocultura era a fonte principal de fornecimento de carne à população, e isso por motivos óbvios. Os porcos não precisavam de muito cuidado – alimentavam-se sozinhos, encontrando alimento suficiente nos terrenos devolutos e pobres e nas florestas; e conservando apenas pequeno número de porcas criadeiras durante o inverno, tinha-se a certeza, na primavera subsequente (sic), de ter notáveis rebanhos de suínos.

Entretanto, com o aumento do comércio exterior, a suinocultura diminuiu, a criação de ovelhas assumiu proporções maiores, melhorando rapidamente a agricultura e a criação de gado vacum. (List, 1983, p. 31)

List demonstra que a Inglaterra, assim como outros países subdesenvolvidos, encontrava-se em uma situação primitiva, dependendo exclusivamente da criação de animais de menor custo de manutenção. Nesse contexto, a suinocultura desempenhava um papel essencial no fornecimento de carne para suprir as necessidades da população. Além disso, o país enfrentava dificuldades significativas durante o inverno, devido à falta de condições tecnológicas para manter a produção nesse período. Outro obstáculo característico de nações em estágio primitivo de desenvolvimento era a incapacidade de sustentar a criação de animais que exigiam cuidados mais especializados para garantir um retorno econômico sustentável e impulsionar o progresso agrícola.

Nesse cenário inicial, a expansão do comércio externo da Inglaterra, especialmente com os hanseáticos, tornou-se crucial para seu desenvolvimento. Esse intercâmbio comercial possibilitou um aumento gradativo da capacidade produtiva inglesa, permitindo a diversificação da criação de animais que antes seria inviável. Além disso, proporcionou acesso a produtos essenciais para o aprimoramento da agricultura e da pecuária, ao mesmo tempo em que impulsionou a ovinocultura, que viria a se tornar a base propulsora do desenvolvimento manufatureiro do país.

Nesse estágio de desenvolvimento, o livre comércio revelou-se benéfico para a Inglaterra, pois, sem o intercâmbio externo, especialmente com a Liga Hanseática, o país não teria condições de progredir por conta própria. A ausência desse comércio

teria condenado a população a permanecer em um estado primitivo, sofrendo com as limitações alimentares e a escassez de produtos manufaturados. Assim, a adoção de medidas protecionistas nesse momento teria sido extremamente prejudicial para a Inglaterra.

Com o passar do tempo, para atender principalmente à demanda comercial da Liga Hanseática, a Inglaterra expandiu progressivamente sua criação de ovelhas. Já no século XIV, a proporção de ovelhas nas propriedades rurais superava a de outros animais. Além disso, List (1983, p. 32) constata que:

As grandes vantagens auferidas pela aristocracia inglesa da criação de ovelhas despertou nela grande interesse pela indústria e pelo aprimoramento dos métodos na agricultura, já naquela época remota, quando os nobres na maioria dos países do continente não conheciam melhor maneira de utilizar a maior parte de suas propriedades rurais do que criando grande quantidade de cervos, nem ocupação mais honrosa do que perturbar as cidades vizinhas e seu comércio com hostilidades de todo tipo.

Com esse desenvolvimento cada vez maior de sua indústria oriunda do comércio de lã, a Inglaterra passou a adotar medidas protecionistas para garantir o desenvolvimento ainda maior desta indústria florescente, fazendo com que os hanseáticos solicitassem represálias contra os ingleses perante a Dieta imperial¹⁴, além disso, foram sendo adotadas medidas que impediam a exportação de lã crua para outros países, fomentando assim o desenvolvimento da indústria da lã na Inglaterra e diminuindo cada vez mais a influência hanseática. List (1983, p.32) demonstra ainda que:

(...) nos dias de Jaime I o valor total dos tecidos exportados já havia atingido a prodigiosa soma de 2 milhões de libras esterlinas, enquanto no ano de 1354 o valor total da lã exportada era apenas de 277 mil libras esterlinas, e o de todos os outros artigos exportados não mais do que 16400 libras esterlinas. Até ao reinado do último monarca acima mencionado, a maior parte dos tecidos fabricados na Inglaterra costumava ser exportado à Bélgica em estado bruto, sendo lá tingidos e assedados; mas devido às medidas de proteção e estímulo

¹⁴ Era uma assembleia do sacro império Romano-Germânico atuando também como o parlamento da Confederação da Alemanha do Norte.

introduzidas sob os reinados de Jaime I e Carlos I, a arte de sedar tecido na Inglaterra atingiu uma perfeição tal, que dali em diante quase cessaram completamente as importações de tecidos mais finos, e ao mesmo tempo só se exportavam tecidos finalmente tingidos e assediados.

Essas medidas possibilitaram um aumento significativo na produção de lã e de seus derivados, conferindo à Inglaterra uma posição muito mais imponente do que anteriormente. Como resultado, o país passou a rivalizar com a Liga Hanseática, que até então dominava o comércio externo inglês. Dessa forma, List analisa a importância de medidas protecionistas para impulsionar indústrias florescentes. No caso da Inglaterra, tais políticas foram fundamentais para seu avanço industrial, permitindo não apenas rivalizar com a Hansa, mas também a exclui de mercados que antes estavam sob seu domínio.

Esse setor da manufatura possibilitou à Inglaterra excluir a Liga Hanseática dos mercados da Rússia, Suécia, Noruega e Dinamarca, e adquirir para si a melhor parte dos lucros derivados do comércio com o Oriente e com as Índias Ocidentais e Orientais. Foi a indústria da lã que estimulou a mineração de carvão, a qual, por sua vez, deu origem a um extenso comércio costeiro e à pesca, sendo que estes dois últimos fatores, constituindo a base do poderio naval, tornaram possível a aprovação das célebres Leis de Navegação, as quais lançaram efetivamente os fundamentos da supremacia da Inglaterra. Foi ao redor da indústria da lã da Inglaterra que cresceram e se desenvolveram todos os outros setores manufatureiros como em torno de um tronco comum; assim sendo, a indústria da lã constitui a base da grandeza da Inglaterra no tocante à indústria, ao comércio e ao poderio naval (List, 1983, pp. 32 e 33).

É importante salientar que o desenvolvimento da manufatura de lã na Inglaterra ocorreu ao longo dos séculos. Inicialmente, o país limitava-se à exportação da matéria-prima, até que o rei Eduardo IV proibiu a exportação de lã para os Países Baixos, com o objetivo de proteger a indústria inglesa e impulsionar o desenvolvimento econômico. Com essas medidas, buscava-se estimular a produção têxtil nacional, o que, de fato, se concretizou ao longo do tempo.

As barreiras comerciais impostas influenciaram diretamente a intensificação da industrialização inglesa, inclusive atraindo tecelões de diversas partes da Europa.

Muitos desses imigrantes buscavam melhores condições de vida ou fugiam de perseguições, inclusive de cunho religioso, em seus países de origem. Esse fluxo de mão de obra qualificada contribuiu para o fortalecimento das forças produtivas inglesas no setor manufatureiro.

O processo de industrialização da Inglaterra, no entanto, não se restringiu à manufatura têxtil. Com a adoção de medidas protecionistas, outras indústrias florescentes também foram impulsionadas, consolidando o crescimento econômico do país. Sobre esse fenômeno, List (1983, p. 33) afirma que:

Já no reinado de Isabel proibira-se a importação de artigos de metal e de couro, e de muitos outros produtos manufaturados, encorajando-se por outro lado a imigração de mineiros alemães e trabalhadores em metal. De início, a Inglaterra comprava navios dos hanseáticos, ou então encomendava a construção dos mesmos nos portos do mar Báltico. Posteriormente, porém, a rainha encontrou meios de promover a construção naval no próprio país, impondo restrições à importação e estimulando a imigração de mão-de-obra qualificada.

A Inglaterra passou a atrair artífices de diversas partes da Europa, tornando-se um terreno fértil para o desenvolvimento industrial em múltiplos setores. A adoção de políticas que incentivavam a imigração de mão de obra qualificada consolidou sua posição como o maior centro manufatureiro de sua época.

Além disso, o país passou a importar, dos portos do mar Báltico, a madeira necessária para a construção naval, ao mesmo tempo em que expandia a exportação de seus produtos manufaturados. Outra medida crucial adotada foi a proibição da exportação de produtos têxteis inacabados, o que impulsionou a especialização e o aprimoramento da indústria têxtil inglesa.

A partir desse cenário, a Inglaterra implementou medidas protecionistas em larga escala para fomentar seu desenvolvimento industrial. Inicialmente aplicadas ao setor de lã, essas políticas foram gradativamente estendidas para outras áreas, como ferro, linho e tecidos, até abranger indústrias de maior complexidade, como a construção naval. Esse processo permitiu que o país fortalecesse progressivamente sua capacidade manufatureira, ampliando seu domínio econômico e industrial.

Os ingleses tinham aprendido a pesca do arenque com os holandeses, e a pesca da baleia com os moradores das costas da baía de Biscaia; esses dois tipos de pesca eram agora estimulados com prêmios e incentivos. Foi sobretudo Jaime I quem se interessou vivamente em estimular a construção naval e a pesca. Embora possam parecer-nos dignas de riso suas exortações incessantes aos ingleses no sentido de consumirem peixe, é imperioso fazer-lhe justiça, reconhecendo que ele percebeu com muita clareza de que dependia a futura grandeza do país. Além disso, a imigração à Inglaterra dos artesãos protestantes expulsos da Bélgica e da França por Filipe II e Luís XIV proporcionou à Inglaterra um crescimento incalculável no tocante à habilidade industrial e ao capital manufatureiro. É a esses artesãos que a Inglaterra deve seus manufaturados de lã fina, seu progresso na arte de fabricar chapéus, linho, vidro, papel, seda, relógio de parede e de pulso, bem como parte de sua manufatura metalúrgica; eis uma série de setores industriais que a Inglaterra soube incrementar, impondo proibições e altas taxas alfandegárias (List, 1983, p. 33)

Neste sentido, se demonstra o quão beneficiada foi a Inglaterra por causa de perseguições de cunho religioso ocorrido no restante da Europa, uma vez que, ao realizarem essas perseguições, uma boa parte dos artífices que propiciariam um desenvolvimento maior destes outros países, migraram para a Inglaterra, pois ali encontravam um terreno fértil para seu desenvolvimento, trabalho e, principalmente, um local que poderia exercer a sua fé sem medo de sofrer represálias e perseguições por parte do Estado. Em contra partida, a Inglaterra, ao receber esses imigrantes, potencializou e diversificou cada vez mais sua indústria. Esses imigrantes forneceram um capital mental muito benéfico para o desenvolvimento das manufaturas inglesas, que passaram a dominar outros ramos de atividades que outrora era dependente de outros países.

Esse desenvolvimento em várias áreas propiciou à Inglaterra expandir ainda mais suas manufaturas, desenvolvendo o país cada vez mais, fez com que a Inglaterra saísse do estágio primitivo de desenvolvimento para um estágio de pleno desenvolvimento, muito além da liga hanseática, que foi crucial no seu desenvolvimento quando ainda estava em estágio primitivo de desenvolvimento. Neste sentido, a Inglaterra demonstrou o quanto é salutar para a economia e o desenvolvimento da Nação adotar medidas protecionistas quando se sai do estágio primitivo de desenvolvimento para um estágio de industrialização florescente; em que, se a Inglaterra não tivesse tomado várias dessas medidas protecionistas, poderiam demorar ainda mais tempo para se desenvolver, ou até mesmo ainda estar

dependente do comércio com os hanseáticos no tempo histórico de List. A Inglaterra passou a receber de vários países da Europa mão-de-obra qualificada em vários setores e, de acordo com List (1983, p. 33):

Uma vez de posse dos diversos ramos industriais, a Inglaterra dispensou-lhes seu cuidado e atenção, tratando-os como se trata de uma árvore recém-plantada que exige apoio e cuidado. Se alguém ainda não tiver convencido de que, por meio da diligência, da habilidade e da economia, todo e qualquer ramo da indústria pode e deve tornar-se lucrativo com o correr do tempo – que em qualquer nação já avançada na agricultura e na civilização, utilizando um protecionismo moderado, sua manufatura nascente, por mais defeituosos e caros que possam ser, de início, seus produtos, pode, pela prática, pela experiência e pela competição interna, prontamente igualar sob todos os aspectos a perfeição dos produtos mais antigos de seus concorrentes estrangeiros; se alguém ignorar que o êxito de determinado ramo da indústria está em função do êxito de vários outros setores; ou se alguém ignorar até onde um país pode desenvolver suas forças produtivas, se cuidar para que cada geração sucessiva continue o trabalho industrial a partir do ponto em que deixaram as gerações anteriores – todas essas pessoas devem primeiro estudar a história da indústria inglesa, antes de aventurar-se a elaborar sistemas teóricos, ou a aconselhar estadistas práticos que têm em suas mãos o poder de promover a prosperidade ou a infelicidade das nações.

Dessa forma, List evidencia o papel central do Estado no desenvolvimento e na prosperidade de uma Nação, ou até mesmo em sua estagnação. Assim como a Inglaterra se tornou uma grande potência manufatureira graças à intervenção de seus monarcas na promoção da economia, o oposto também pode ocorrer, como se viu em países como Portugal e Espanha. Apesar de acumularem grandes quantidades de metais preciosos provenientes de suas colônias, essas nações não conseguiram se desenvolver industrialmente como a Inglaterra.

List observa que o uso de medidas protecionistas teve um impacto positivo na consolidação da indústria nascente inglesa. Sem essas medidas, é provável que a Inglaterra não tivesse alcançado o nível de desenvolvimento que possuía à época do autor. Ele também ressalta que, embora a indústria britânica tenha enfrentado dificuldades iniciais para competir com produtos estrangeiros, essa inferioridade foi temporária. Com o tempo, o aprimoramento da produção e o ganho de experiência

permitiram que os produtos ingleses atingissem um nível de qualidade comparável ao dos concorrentes estrangeiros, muitas vezes a um preço inferior.

A indústria têxtil inglesa é um exemplo claro desse processo. No início, as manufaturas britânicas produziam tecidos de qualidade inferior e a um custo maior em comparação com outras regiões, especialmente em relação aos tecelões indianos. No entanto, por meio de políticas protecionistas e, em alguns casos, proibitivas, a Inglaterra conseguiu fortalecer sua produção e, eventualmente, dominar o comércio têxtil europeu. A melhoria contínua na qualidade dos produtos, aliada à expansão da capacidade produtiva, reduziu significativamente os custos de fabricação, permitindo a oferta de preços mais baixos tanto para consumidores internos quanto para mercados externos.

Além disso, a Inglaterra adotou, desde cedo, a estratégia de exportar produtos manufaturados enquanto importava matéria-prima, um princípio fundamental para qualquer nação que busca fortalecer sua indústria e consolidar sua soberania econômica. Como destaca List (1983, p. 34):

Esta havia sido durante séculos a máxima seguida pela política comercial inglesa, como havia sido também a política comercial adotada pela República de Veneza. Essa política está em vigor em nossos dias (1841), da mesma forma como vigorava nos dias da Rainha Isabel os frutos gerados por esta política são patentes aos olhos do mundo inteiro. Os teóricos têm alegado que a Inglaterra atingiu a riqueza e o poder não mediante sua política comercial, mas apesar dela. Da mesma forma como poderiam argumentar que as árvores cresceram com viço e produziram frutos, não em razão dos cuidados que lhes foram dispensados no plantio e no cultivo posterior, mas apesar desses cuidados.

Nesse ponto, List se refere ao pensamento da Escola, que considera prejudicial a adoção de medidas protecionistas, argumentando que o próprio mercado seria capaz de gerar e atender suas demandas sem interferência estatal. Segundo essa perspectiva, a intervenção do Estado resultaria em um desenvolvimento meramente artificial e não natural, razão pela qual não deveria ser adotada. Além disso, os pensadores da Escola sustentam que os avanços econômicos da Inglaterra não decorreram de suas políticas protecionistas, pois, em seu entendimento, tais políticas

não trazem benefícios para a Nação. Pelo contrário, afirmam que o desenvolvimento ocorreu apesar dessas intervenções estatais.

List, por outro lado, defende que os avanços alcançados pela Inglaterra foram possíveis justamente graças às medidas protecionistas adotadas pelos monarcas ingleses. Esses governantes priorizaram o fortalecimento da Nação ao aumentar a proteção às indústrias nascentes, atrair mão-de-obra qualificada de outros países e adotar uma política econômica pautada no interesse nacional, acima dos interesses individuais ou cosmopolitas. Nesse sentido, List (1983, p. 34) assevera que:

(...) a história inglesa atesta a conexão íntima existente entre a política geral de um país e a sua Economia Política. É manifesto que o nascimento e o progresso da indústria de manufaturados na Inglaterra, com o aumento da população resultante dele, tendeu a criar uma demanda intensa de peixe do mar e de minério, o que por sua vez levou a grande aumento da marinha mercante dedicada à pesca e ao comércio costeiro. Tanto a pesca como o comércio costeiro estavam antes nas mãos dos holandeses. Estimulados por altas taxas alfandegárias e por incentivos, os ingleses passaram a dirigir suas energias para o comércio pesqueiro, e pelas Leis de Navegação garantiram sobretudo aos marinheiros britânicos não somente o transporte de carvão, mas todo o transporte comercial por via marítima. O conseqüente (sic) aumento da marinha mercante da Inglaterra conduziu a um aumento proporcional de seu poderio naval, o que possibilitou aos ingleses derrotar a frota holandesa.

A criação das Leis de Navegação inglesa, seguindo em boa parte o que preconizava os estatutos utilizados pelos hanseáticos e antes destes pela cidade de Veneza possibilitaram à Inglaterra se tornar hegemônica no que tange todo o comércio naval que antes era dominado pelos holandeses e hanseáticos. Estas leis possibilitaram o comércio marítimo da Inglaterra com a Alemanha, a Bélgica, bem como “uma expansão incalculável do comércio de contrabando com a Espanha e Portugal, e com suas colônias nas Índias Ocidentais” (List, 1983, p. 34).

Outro avanço significativo foi o aumento de sua pesca marítima, o que fora incentivada outrora por Jaime I que, pareceu entender a importância da pesca marítima para abastecer o desenvolvimento industrial e, por conseguinte, o aumento da população que vinha com este desenvolvimento. Isso foi de grande importância, uma vez que, caso a produção de alimentos não conseguisse acompanhar o

crescimento populacional, poderia fazer o povo insurgir contra os imigrantes, os acusando de ser responsável pelo aumento cada vez maior dos alimentos.

Além disso, um dos principais avanços possibilitado pelas Leis de navegação foi a conclusão do Tratado de Methuen no ano de 1703 com Portugal, que List (1983, p. 35) entende que:

Portugal caiu em dependência total da Inglaterra, ao passo que a Inglaterra, por meio do ouro e da prata ganhos em seu comércio com Portugal, conseguiu ampliar enormemente seu próprio comércio com a China e as Índias Orientais, lançando assim os fundamentos de seu grande império nas Índias, e roubando à Holanda seus mais importantes postos de comércio

O Tratado de Methuen foi criado com o objetivo de facilitar o comércio entre Portugal e a Inglaterra. Pelo acordo, os produtos manufaturados ingleses, especialmente os têxteis, receberam facilitação nas taxas alfandegárias portuguesas, enquanto os vinhos portugueses passaram a ter preferência na exportação para a Inglaterra. Embora, à primeira vista, o tratado parecesse benéfico para ambos os países, esse benefício foi apenas aparente para Portugal. Na prática, a medida favoreceu significativamente a Inglaterra e tornou a economia portuguesa dependente do mercado inglês. List (1983, p. 47) elucida que:

(...) em 1703, após a morte do Conde da Ericeira, o célebre embaixador britânico Paul Methuen conseguiu persuadir o governo português que Portugal seria altamente beneficiado se a Inglaterra permitisse a importação de vinhos portugueses pagando taxas alfandegárias 1/3 abaixo das taxas alfandegárias vigentes para vinhos de outros países, desde que Portugal admitisse importar tecidos e roupas inglesas às mesmas taxas alfandegárias (ou seja, 23%) que haviam sido cobradas sobre tais produtos antes de 1684.

O acordo, em si, parecia ser muito benéfico para ambos os países, uma vez que Portugal teria abertura e preferências alfandegárias para introduzir seus vinhos na Inglaterra em detrimento de outros países, além de conseguir aumentar suas arrecadações com as importações dos produtos manufaturados ingleses. Dessa forma, o rei de Portugal viu uma oportunidade para aumentar suas receitas e os

nobres portugueses uma maneira de expandir suas vendas para a Inglaterra. Isso realmente aconteceu por um tempo, mas, à medida que o comércio se intensificava, Portugal se viu inundado por produtos manufaturados ingleses, o que resultou no colapso de suas indústrias, ainda em estágio inicial de desenvolvimento, que não conseguiram competir com as mercadorias inglesas, que eram mais baratas e de melhor qualidade.

O Tratado de Methuen é um exemplo claro de como uma decisão, tomada com base nos interesses egoístas de um grupo específico, pode ser prejudicial a longo prazo. Como afirma List (1983, p. 47), “tem-se a impressão de que, da parte do rei, a esperança de um aumento de suas receitas alfandegárias, e da parte da nobreza, um aumento de renda, constituíram os motivos principais para a conclusão daquele tratado comercial”. Assim, um contrato que visava o benefício apenas do rei e dos nobres produtores de vinhos resultou em grandes prejuízos para Portugal, pois, ao favorecer apenas este setor, afetou negativamente todas as outras indústrias portuguesas, tornando o país dependente da Inglaterra.

Além disso, como a quantidade de trocas comerciais não era suficiente para suprir a demanda de produtos manufaturados, Portugal passou a exportar seus metais preciosos obtidos nas colônias para adquirir os produtos ingleses. Esses produtos, que já faziam parte do cotidiano da população portuguesa, tornaram-se essenciais. A falta deles causaria problemas significativos, já que a população, acostumada com mercadorias de melhor qualidade, dificilmente abriria mão desses itens.

Outro aspecto importante foi a medida tomada pela Inglaterra em relação ao comércio com a Índia, em que:

(...) a Inglaterra proibiu a importação de artigos que fossem produzidos pelas suas próprias fábricas, como os tecidos indianos de algodão e seda. A proibição era completa e peremptória. A Inglaterra não haveria de permitir a importação de um fio sequer. Os ingleses renunciariam a usar qualquer um desses tecidos indianos finos e de baixo custo, preferindo usar seus próprios produtos, de qualidade inferior e custo mais elevado. De bom grado, porém, haveriam de fornecer aos países do continente europeu os tecidos bem mais finos da Índia, a preço mais baixos, cedendo a esses países todos os benefícios desses preços mais baixos; para si mesmos, os ingleses não queriam esses artigos (List, 1983, p. 36).

O que para a Escola era inconcebível, uma vez que preconizava a importância de comprar sempre de onde é mais barato e que, não comprar os tecidos indianos de melhor qualidade por um preço mais acessível que os produzidos na Inglaterra com uma qualidade inferior era loucura. Mas, os ministros ingleses estavam pensando não somente no momento presente e nas vantagens obtidas diretamente da troca de mercadorias, ou seja, eles não estavam pensando somente nas vantagens de se comprar um produto de melhor qualidade por um preço menor, mas sim de aumentar as forças produtivas da Inglaterra. Desta forma, “os ministros da Inglaterra não se preocuparam por adquirir artigos manufaturados de baixo custo e perecíveis, mas sim pela aquisição da força de produção – bem mais caro, porém mais duradouro” (List, 1983, p. 36)

Esse pensamento foi crucial para o desenvolvimento da Inglaterra, pois permitiu ampliar suas capacidades produtivas em vez de apenas buscar produtos mais baratos, o que resultaria em lucros momentâneos, mas não sustentáveis. Os ingleses estavam preocupados em fortalecer sua indústria e suas forças produtivas, pois, ao expandi-las, garantiriam um aumento contínuo da riqueza, não aquela derivada da simples obtenção de mercadorias a preços menores ou da acumulação de metais preciosos, mas sim a riqueza gerada pelo crescimento da capacidade produtiva e pela ampliação da manufatura.

Essa estratégia permitiu que a Inglaterra ascendesse ao domínio comercial da Europa. Ao investir no fortalecimento de suas forças produtivas, o país não apenas aumentou sua capacidade de gerar riqueza, mas também assegurou que essa riqueza não se dissipasse, como aconteceu com a Liga Hanseática. A Inglaterra aprendeu com os erros da Hansa e evitou repeti-los, priorizando sua indústria interna. Mesmo restringindo, a princípio, o acesso da população a produtos indianos de melhor qualidade e a preços mais baixos, essa política possibilitou o fortalecimento de sua base produtiva. Com o tempo, a Inglaterra não apenas alcançou, mas superou a qualidade desses produtos, oferecendo-os a custos ainda menores.

Se tivesse seguido apenas as premissas da Escola Clássica, comprando de onde fosse mais barato sem desenvolver sua própria indústria, a Inglaterra não teria conquistado o crescimento econômico sustentável nem garantido seu poder comercial. Nesse sentido, List (1983, p. 37-38) afirma que:

(...) o poder é mais importante que a riqueza. Esta é uma verdade incontestável. O poder é mais importante que a riqueza. E por quê? Simplesmente porque o poder nacional é uma força dinâmica que abre a porta para novos recursos produtivos, e porque as forças de produção constituem a árvore da qual cresce a riqueza, e porque a árvore que produz os frutos tem valor superior aos próprios frutos. O poder é mais importante que a riqueza, pois uma nação, por meio do poder, não somente tem a capacidade de gerar novas forças produtivas, mas também de manter-se na posse da riqueza adquirida em tempos anteriores e em tempos mais recentes, e porque o inverso da força e do poder – ou seja, a fraqueza – leva a perdermos tudo aquilo que possuíamos: não somente da riqueza que havíamos conquistado, mas também das nossas forças de produção, da nossa civilização, da nossa liberdade, e até de nossa independência nacional, caindo nas mãos daqueles que nos superaram em poder e potência, como atesta abundantemente a história das repúblicas italianas, a da Liga Hanseática, dos belgas, dos holandeses e dos portugueses.

Destarte, List percebe que o mais importante não é a riqueza em si, mas a capacidade de produzi-la e, mais do que isso, o poder de preservá-la, garantindo que a Nação esteja protegida contra a perda das riquezas conquistadas e dos avanços obtidos com o fortalecimento da força produtiva. Nesse sentido, é essencial assegurar o poder nacional, pois é ele que possibilita a produção contínua da riqueza. Sem esse poder, a sociedade torna-se vulnerável a uma derrocada iminente, como ocorreu com a Liga Hanseática. Ao não garantir sua soberania econômica e produtiva, a Hansa foi subjugada com a ascensão da Inglaterra como potência, perdendo toda a riqueza que havia acumulado. Além disso, a Inglaterra assimilou os empreendedores, artífices e demais agentes produtivos que antes pertenciam à Liga, incorporando sua capacidade industrial.

Ao compreender que era mais importante fortalecer seu poder do que simplesmente comprar de onde fosse mais barato, a Inglaterra cresceu de tal forma que se tornou a maior potência de sua época. Esse crescimento levou ao aumento das forças produtivas e, conseqüentemente, da riqueza nacional, não apenas de forma isolada, como na Liga Hanseática, mas de maneira estruturada e sustentada. A Inglaterra garantiu segurança e estabilidade para sua população e sua indústria, criando as condições para o desenvolvimento contínuo de suas manufaturas. Esse processo impulsionou a diversificação econômica em diversos setores, como o têxtil,

a metalurgia e a indústria naval, transformando o país em um polo industrial e tecnológico. List (1983, p. 38) disserta que:

A Inglaterra conseguiu apossar-se das chaves de todos os mares, colocando uma sentinela para vigiar todos os povos: para a Alemanha, essa sentinela foi Heligolândia; para a França, Guernsey e Jersey; para a América do Norte, Nova Escócia e Bermudas; para a América Central, Jamaica; para todos os países confinantes com o Mediterrâneo, Gibraltar, Malta e as ilhas Jônicas. A Inglaterra está hoje de posse de todas as posições estratégicas importantes, nas duas rotas comerciais para a Índia, excetuando apenas o istmo de Suez, que estão procurando conquistar. Através do Gibraltar, domina o Mediterrâneo; com Aden, domina o mar Vermelho; com Bushire e Karrack, domina o golfo Pérsico. Basta-lhe conquistar ainda os Dardanelos, o Sound, e os istmos de Suez e do Panamá, para adquirir a chave que abre e fecha a seu arbítrio qualquer mar e qualquer rota. Sua esquadra naval sozinha supera as forças conjuntas de todos os outros países, se não em número de navios, em todo o caso em força de combate.

Diante disso, a Inglaterra garantiu um poder tão grande que passou a influenciar diretamente toda a economia mundial, dominando quase todas as principais rotas comerciais existentes e impulsionando ainda mais seu desenvolvimento. O aumento das forças produtivas inglesas não apenas consolidou sua hegemonia manufatureira, mas também fortaleceu seu poderio naval e bélico, permitindo-lhe intervir nas políticas internas de seus parceiros comerciais.

É importante destacar que, para List, o crescimento econômico da Inglaterra não foi impulsionado exclusivamente por medidas protecionistas. Ele ressalta outros fatores determinantes, como um solo fértil, liberdades constitucionais bem estabelecidas e “o amor inato do povo à liberdade e à justiça, a energia, o caráter religioso e moral do povo. Participam igualmente a Constituição do país, suas instituições, a sabedoria e a força do Governo e da aristocracia” (List, 1983, p. 39). Além disso, List argumenta que a localização geográfica da Inglaterra foi crucial para seu progresso. Por estar situada em uma ilha, o país desfrutou de maior estabilidade, evitando os impactos diretos das guerras que assolavam o continente. List (1983, p. 41-42) aduz que:

Também a posição geográfica da Inglaterra exerceu uma influência incalculável sobre o desenvolvimento independente da nação. Em sua relação com o continente europeu, a Inglaterra sempre tem constituído um mundo em si mesma; sempre ficou isenta dos efeitos das rivalidades e rixas, preconceitos, egoísmo, paixões e desastres dos vizinhos do continente. A essa situação de isolamento a Inglaterra deve, em grande parte, o crescimento e progresso independente e sem precedentes de sua constituição política, a maneira positiva como se consumou a Reforma protestante, a secularização da propriedade eclesiástica, que se demonstrou tão benéfica para suas indústrias. É a essa mesma causa que a Inglaterra deve aquela paz contínua que, excetuando o período de guerra civil, desfrutou durante vários séculos, dispensando-a durante todo esse tempo de entregar-se às armas, facilitando, cedo, a introdução de um sistema alfandegário consistente.

Desta forma, List ao analisar o caso do desenvolvimento da Inglaterra, demonstra a importância da paz para o aumento do desenvolvimento industrial, uma vez que em períodos de guerra, o desenvolvimento manufatureiro se encontra prejudicado nos países que estão ocorrendo o conflito, seja destruindo plantações, seja tão somente impedindo que os cidadãos possam usufruir de bens manufaturados, ou ainda, todos os avanços ocorridos outrora, acabam sendo prejudicados e, em alguns casos, se perdem completamente.

Como a Inglaterra se manteve alheia a esses movimentos de guerras no continente europeu, teve a possibilidade de usufruir mais dos benefícios possibilitados pela paz no que tange a realização de avanços manufatureiros, realizar as reformas jurídicas e políticas necessárias para aumentar o desenvolvimento da Nação, garantir a liberdade do seus cidadãos e ainda aumentar gradativamente suas forças produtivas, uma vez que lhe era possibilitado pelo estado de paz o avanço geracional de sua indústria, não sendo interrompida por motivo de guerras em seu território, podendo assim, cada geração utilizar dos avanços gerados pela geração anterior e, conseqüentemente, gerar novos avanços no que diz respeito à agricultura, pecuária e a manufatura.

Além disso, a guerra prejudicava constantemente os agricultores e manufatores do continente, sejam pela destruição direta dos campos ou das fábricas, seja pela necessidade das cobranças de impostos maiores para subsidiar as guerras, por outro lado, List (1983, p. 43) disserta que:

Grande foi a vantagem auferida pela manufatura inglesa durante as guerras do continente europeu, quando a Inglaterra mantinha destacamentos de soldados no continente ou pagava subsídios. Tudo o que os soldados gastavam e consumiam durante a guerra era enviado, em forma de manufaturados ingleses, ao local do conflito, onde esses artigos importados contribuíam materialmente para esmagar a manufatura estrangeira já em estágio precário, e para conquistar o mercado do país estrangeiro para a indústria manufatureira. O sistema funcionou precisamente como um subsídio à exportação, em benefício dos ingleses e em detrimento da manufatura estrangeira.

Dessa maneira, a indústria dos países do continente europeu sempre sofreu mais por parte dos ingleses como aliados, do que da parte dos ingleses como inimigos.

Nesse sentido, List demonstra os pilares que levaram a Inglaterra a se tornar a maior potência de sua época, tanto na indústria, manufatura, agricultura e pesca quanto no poderio militar e naval. O país alcançou resultados inéditos, impulsionados por diversos fatores, desde suas vantagens geográficas até a assertividade das políticas econômicas adotadas por seus governantes.

Além disso, por ser uma potência insular, a Inglaterra não foi diretamente afetada pelas guerras continentais. Pelo contrário, acabou se beneficiando desses conflitos ao fornecer tropas equipadas com seus próprios produtos manufaturados, o que fortaleceu ainda mais sua indústria. Como as batalhas ocorriam longe de seu território, seus campos e fábricas não sofreram os impactos da guerra, permitindo que o país consolidasse continuamente seus avanços produtivos. Assim, cada geração pôde usufruir das conquistas anteriores, aprimorando-as e alcançando resultados cada vez mais expressivos.

Ademais, as políticas protecionistas adotadas pela Inglaterra priorizaram o fortalecimento de suas forças produtivas, evitando simplesmente importar mercadorias de países onde fossem mais baratas. Em vez disso, o país optou por investir no desenvolvimento de sua própria indústria, ainda que, a princípio, isso significasse pagar mais caro por produtos de qualidade inferior em comparação com os estrangeiros. Um exemplo notável foi a indústria têxtil, cuja proteção estatal permitiu um crescimento gradual até que a Inglaterra se tornasse referência na área, superando seus concorrentes tanto em qualidade quanto em preço, consolidando assim sua posição como potência manufatureira.

Ao analisar o desenvolvimento histórico das cidades italianas, da Liga Hanseática e da Inglaterra, fica evidente que o sucesso econômico de uma nação está intrinsecamente ligado à sua capacidade de unidade nacional, ao fortalecimento das forças produtivas internas e à adoção estratégica de políticas protecionistas quando necessário. Enquanto as cidades italianas e a Liga Hanseática declinaram devido à falta de coesão política e à dependência excessiva do comércio externo, a Inglaterra soube aproveitar suas vantagens geográficas, promover sua indústria nascente e consolidar um mercado interno robusto, tornando-se a potência dominante de sua época.

Esses exemplos históricos não apenas reforçam os princípios centrais da teoria de List, como o papel do Estado, a relação entre mercado interno e externo e a importância do protecionismo, mas também preparam o terreno para a discussão, na próxima seção, sobre as ideias fundamentais que sustentam sua abordagem econômica. A análise desses casos demonstra como a história oferece lições cruciais para a formulação de políticas que visam à soberania e ao progresso das nações. Na seção seguinte será explorado com maior profundidade o pensamento de List, examinando como sua teoria econômica busca equilibrar desenvolvimento industrial, proteção estratégica e integração nacional, evitando os erros que levaram ao declínio de outras potências comerciais.

SEÇÃO II: AS IDEIAS PRINCIPAIS DE LIST

A análise histórica das cidades italianas, da Liga Hanseática e da Inglaterra demonstrou como fatores como unidade nacional, políticas protecionistas e desenvolvimento das forças produtivas foram decisivos para o sucesso ou declínio econômico. Esses casos não apenas validam a crítica de List ao cosmopolitismo irrestrito da Escola Clássica, mas também evidenciam a necessidade de uma teoria econômica centrada na nação como ator fundamental. Nesta seção, serão explorados os pilares do pensamento listiano que emergem dessas lições históricas: (1) a relação dialética entre mercado interno e externo, (2) o papel estratégico do Estado na adoção de medidas protecionistas e (3) a centralidade do conceito de nação como espaço intermediário entre o indivíduo e a humanidade.

A necessidade de formular uma teoria econômica capaz de explicar como uma sociedade se desenvolve, se enriquece e entra em declínio foi tratada por List, que partiu da história para construir sua teoria, tendo como ponto central a Nação, uma vez que ela é o elo entre o indivíduo e a humanidade. Ele argumenta que é essencial distinguir entre a economia individual, a economia nacional e a economia da humanidade, e enfatiza a importância de focar no desenvolvimento da Nação. Para List, a riqueza individual pode ser perdida caso não se tenha uma Nação forte, capaz de proteger os interesses tanto individuais quanto coletivos de seus membros. Para List (2009, pp. 93 e 94):

A idéia (sic) de economia nacional emerge com a própria idéia (sic) de nação. A nação é o meio entre os indivíduos e a humanidade, uma sociedade separada de indivíduos que, contando com um governo comum, leis, direitos, instituições, interesses, história e glórias comuns, defesa comum e segurança de seus direitos, riquezas e vidas, constitui um corpo livre e independente, que segue apenas os ditames dos seus interesses, no que concerne a outros corpos independentes e dispõe de poder para regular os interesses dos indivíduos, constituindo aquele corpo, com o fim de criar a maior quantidade de bem-estar comum no seu interior e a maior quantidade de segurança no que concerne às outras nações.

O objetivo da economia nesse corpo não é apenas a riqueza, como seria nas economias individual e cosmopolita, mas poder e riqueza, porque riqueza nacional é aumentada e garantida pelo poder nacional, na medida em que o poder nacional é aumentado e garantido pela riqueza nacional. Os indivíduos podem ser muito ricos, mas se a nação

não dispuser de poder para protegê-los, elas e eles podem perder em um dia a riqueza gerada durante eras, além dos seus direitos, liberdade e independência.

List foi o primeiro a demonstrar a necessidade de analisar a ideia de economia nacional. Considerando que a Nação está situada entre a economia individual e a economia da humanidade, é de crucial importância tratar não somente da economia do indivíduo ou da economia da humanidade, mas, principalmente, da economia nacional.

O desenvolvimento da Nação é o que tem a potencialidade de garantir uma melhor qualidade de vida para a sociedade presente, assim como assegurar que toda a riqueza adquirida pelo indivíduo dentro da Nação seja preservada para o futuro. Contudo, não se trata apenas de garantir a riqueza, mas também a liberdade, a propriedade, a cultura e todos os demais atributos que asseguram a existência de uma Nação. List percebe que a riqueza individual, para ser protegida, depende de uma Nação forte e desenvolvida, capaz de preservá-la. Isso porque, quando uma Nação não consegue garantir a segurança e a existência de sua sociedade, ela pode ser invadida, destituída ou até mesmo destruída por uma potência maior e mais poderosa.

Ao analisar a história, List percebeu diversos fatos que contribuíram para a criação de sua obra magna e de toda a sua teoria econômica, que enfatiza a necessidade de desenvolver as forças produtivas de uma Nação. Como demonstrado nos exemplos das cidades italianas e da liga hanseática, a falta de uma Nação unida em torno de um interesse comum, o bem da Nação, tende a resultar em um domínio comercial temporário, mas que não se mantém quando confrontado com uma Nação unificada, mais desenvolvida e forte, que se propõe a exercer tal domínio.

A análise histórica é fundamental para desenvolver uma teoria econômica que justifique como algumas sociedades se desenvolvem enquanto outras entram em declínio ou permanecem estagnadas. A partir de uma análise sem pré-conceitos¹⁵ da história, é possível verificar os erros e acertos cometidos outrora por outras Nações,

¹⁵ No sentido de ideias criadas, sem levar em consideração a análise crítica dos fatos sociais que envolve uma sociedade, baseando assim uma ideia econômica em algo abstrato e fora da realidade material, não se baseando em uma visão preestabelecida sobre a sociedade, mas sim avaliar os acontecimentos sociais à medida em que eles ocorrem.

e assim conseguir desenvolver uma ideia econômica que seja factível, levando em consideração estes acontecimentos, bem como retirando preceitos que importará em um melhor entendimento de como estas Nações conseguiram alcançar um estágio de desenvolvimento que lhe permitia ser soberana em seu tempo histórico até o seu declínio.

Nesse sentido, faz-se necessário entender qual é o papel do Estado¹⁶ para garantir o desenvolvimento da Nação, uma vez que List separa a economia nacional da economia individual e da economia cosmopolita, entendendo que haverá ocasiões que necessitará de maior intervenção do Estado na economia. Esse tipo de intervenção seria necessário para garantir a sobrevivência e desenvolvimento das indústrias florescentes¹⁷, o desenvolvimento do mercado interno, das forças produtivas e de uma qualidade de vida melhor para toda a sociedade.

Uma das primeiras verificações apontadas por List que garante o desenvolvimento da Nação é a liberdade, sendo que esta, para ele, está de mão dadas com o desenvolvimento industrial, podendo aparecer antes influenciando o crescimento da indústria ou após o desenvolvimento ser alcançada. Esta liberdade não é uma liberdade plena, no sentido negativo¹⁸ de liberdade; não se trata aqui de uma impossibilidade de intervenção do Estado para limitar o interesse individual de uma parte da sociedade ou de um ramo de atividade econômica, ou ainda, não o possibilitar de intervir nas interações comerciais cosmopolitas.

A liberdade defendida por List é uma liberdade individual, que garante que o Estado não destituirá ou perseguirá alguém por motivos arbitrários e sem o devido processo legal. Trata-se também de uma liberdade de crença e de expressão, especialmente no que diz respeito à possibilidade de questionar os desmandos de um governo despótico. Este último caso está diretamente ligado ao declínio de algumas nações, uma vez que o déspota, ao deixar de pensar nos interesses nacionais, passa a focar apenas em seus próprios interesses pessoais. Além disso, ele começa a

¹⁶ Estado que está referenciando a todos os modelos de governo que uma sociedade tem, seja democrática, absolutista, aristocrática, ou o estado democrático como se vê hoje o Brasil por exemplo.

¹⁷Na tradução utilizada, List se refere aos ramos de atividades manufatureiros que estão surgindo e se desenvolvendo, porém ainda estando em um estágio a quem de outras economias nacionais mais desenvolvidas. A depender da tradução, também poderá ser denominada como indústria nascente; desta forma, utilizo essas duas expressões como sinônimas.

¹⁸ Quando não há intervenção ou algo que impossibilite de exercer a plena liberdade do indivíduo. (Tratado por Isaiah Berlin)

perseguir aqueles que pensam de forma diferente, gerando um estado de incerteza no coração da Nação. Quando o governante persegue pessoas por sua religião, origem nacional ou etnia, isso leva vários operários, artesãos e empreendedores a migrarem para uma Nação que lhes ofereça uma base sólida para prosperar. Esse fenômeno é evidente nos momentos históricos em que, por motivos religiosos, diversas pessoas foram forçadas a emigrar para evitar a extinção.

O despotismo de um governante prejudica imensamente o desenvolvimento de uma Nação, pois ele não governa para o bem coletivo, mas intervém de forma errônea nos diversos campos sociais, limitando as liberdades individuais. O déspota não cria um ambiente fértil para o desenvolvimento da indústria, da ciência, da cultura e das artes; ao contrário, persegue minorias, favorece aqueles próximos a si e coloca toda a sociedade em risco, diminuindo suas forças produtivas, especialmente a capacidade de trabalho da Nação. A história oferece vários exemplos de como o despotismo afetou negativamente o desenvolvimento de uma Nação, como ocorreu com as cidades italianas.

Ao defender a liberdade, List não está propondo uma liberdade comercial absoluta. Ele entende que, dependendo do estágio de desenvolvimento de uma Nação, uma liberdade de comércio plena, como defendida pela Escola, pode prejudicar os residentes da Nação, pois poderia afetar negativamente o desenvolvimento das indústrias emergentes. Isso resultaria em uma dependência maior em relação às Nações desenvolvidas e dificultaria, ou até impossibilitaria, o desenvolvimento nacional.

A liberdade plena do comércio cosmopolita só é benéfica quando a Nação já está em um estágio avançado, com domínio industrial e comercial global, ou quando todas as Nações estão no mesmo nível de desenvolvimento. Quando uma sociedade está em fase de desenvolvimento de sua indústria nascente, adotar medidas protecionistas para proteger essas indústrias é essencial. Essas medidas garantem que a Nação se desenvolva até o ponto em que se torne competitiva no mercado externo; só então as medidas protecionistas podem ser retiradas.

Como List diferencia a economia individual, que trata dos interesses dos indivíduos, da economia nacional, que deve beneficiar toda a sociedade, ele acredita que o interesse da Nação e da coletividade se sobrepõe ao interesse individual. Assim,

o interesse individual pode ser diminuído em prol do bem da Nação quando este entrar em conflito com os objetivos nacionais.

Nesse sentido, a liberdade de comércio não pode ser absoluta, pois, enquanto os indivíduos se preocupam com seus próprios interesses, como o aumento de suas riquezas, a garantia da perpetuação de suas famílias e a manutenção de sua fortuna, esses interesses podem ser benéficos para a sociedade em algumas circunstâncias. No entanto, isso não será a realidade para todos os indivíduos, pois, em certos casos, a exploração de um ramo econômico específico, se não regulamentada, restrita ou incentivada, poderá prejudicar toda a sociedade.

A política econômica nacional deve se preocupar com o bem de toda a Nação. Para isso, deve atender aos interesses da coletividade, e não apenas a um grupo específico ou aos interesses do livre mercado. Dessa forma, o Estado pode intervir na economia para promover o desenvolvimento da Nação, protegendo algumas áreas essenciais para garantir o progresso interno e atendendo aos interesses da sociedade. Além disso, poderá incentivar a criação de algumas áreas, ou influenciar no desenvolvimento de outras, promovendo, seja por incentivos diretamente na área, seja por proposição de desenvolvimento de capital intelectual¹⁹ que influenciará diretamente no aumento da produtividade da Nação.

Medidas de proteção foram adotadas, tanto pelas cidades italianas quanto pela liga hanseática no que se refere às leis de navegações que, dentre outras medidas, restringiam o escoamento das mercadorias produzidas somente para os navios com bandeiras próprias; esta medida possibilitou o desenvolvimento de suas frotas navais e todos os ramos que são bases para a construção dos navios e correlatos, possibilitando assim a intensificação da indústria naval e por conseguinte o desenvolvimento de outros ramos no entorno desta produção, seja diretamente ou indiretamente, ligada a este ramo.

Essas políticas de proteção e fomento à indústria naval, ao fortalecer setores produtivos específicos, evidenciam que o desenvolvimento econômico está profundamente ligado à capacidade de uma Nação em articular estrategicamente

¹⁹ Aprimoramento das qualificações dos indivíduos, por intermédio de estudo, cultura, bem como outros meios que possibilitem o maior desenvolvimento do indivíduo, principalmente no que tange ao desenvolvimento produtivo.

seus próprios recursos e instituições. A criação de cadeias produtivas ligadas à navegação, impulsionada por regulações voltadas ao fortalecimento do mercado nacional, mostra que o comércio não é um fim em si mesmo, mas um instrumento subordinado à construção de capacidades produtivas internas. Esse exemplo histórico serve de ponto de partida para uma reflexão mais ampla sobre os caminhos do desenvolvimento: afinal, é o comércio interno, com sua capacidade de consolidar mercados e instituições nacionais, ou o comércio externo, com seus ganhos imediatos de escala e especialização, que melhor serve ao progresso de uma Nação?

2.1 Mercado interno e externo

Uma vez considerada a possibilidade de intervenção estatal na economia, surge a questão sobre qual tipo de comércio favorece mais o desenvolvimento de uma Nação: o interno ou o externo. Em contraste com o pensamento cosmopolita, que entende a riqueza de uma Nação como a soma das riquezas individuais, desprovidas de uma identidade nacional, Friedrich List argumenta que o essencial não é a simples acumulação de bens por indivíduos, mas o progresso da Nação como um todo.

A Liga Hanseática cometeu um erro notável ao não cultivar um espírito nacional capaz de fortalecer a coesão interna e o mercado doméstico. Apostava no comércio exterior, instalando inclusive indústrias em outros países, seguindo o princípio, caro à Escola Clássica, de sempre comprar de onde for mais barato. Por isso, a riqueza acumulada por seus comerciantes não representava benefício concreto para suas cidades de origem. Quando a Liga se desfez, muitas das cidades antes prósperas tornaram-se dependentes de outras ou desapareceram. O caso evidencia a importância de se consolidar um mercado interno sólido, tanto na produção quanto no consumo, condição indispensável ao desenvolvimento nacional.

Quando uma Nação depende exclusivamente do comércio exterior, torna-se vulnerável a instabilidades provocadas por fatores políticos, jurídicos ou estratégicos das Nações com as quais mantém relações. Mesmo alianças aparentemente duradouras podem se desfazer, tornando a parceria desvantajosa ou até inviável, como ocorreu entre a Liga Hanseática e a Inglaterra. Após anos de benefício mútuo,

a Inglaterra passou a competir diretamente com a Liga, provocando seu colapso econômico e, por fim, sua extinção. Em contrapartida, a Inglaterra, ao adotar uma política de união nacional, consolidou seu mercado interno e desenvolveu sua indústria, corrigindo erros cometidos por italianos e hanseáticos. Tornou-se a maior potência manufatureira, bélica e comercial da Europa, protagonista da Revolução Industrial.

Fortalecer o mercado interno gera um ciclo virtuoso de desenvolvimento: a elevação do poder de compra permite maior acesso a bens manufaturados, o que impulsiona tanto a expansão quanto o aprimoramento da indústria. Como afirmou List (2006, p. 107), “o interesse de uma tal nação é esforçar-se por, em primeiro lugar, fornecer o próprio mercado com os próprios produtos manufaturados”. O consumo interno, portanto, é alicerce estratégico da maturação industrial.

Essa lógica apresenta duas vantagens estruturais: (1) autonomia relativa frente às oscilações do comércio exterior, já que a produção responde prioritariamente à demanda doméstica, e (2) criação de uma base tecnológica e produtiva que, uma vez consolidada, permite a inserção competitiva nos mercados internacionais, exatamente como propunha List, ao defender que, após suprir o próprio mercado, a Nação deveria buscar expandir seus produtos a outros povos “através de um contato cada vez mais direto” (List, 2006, p. 107).

O incentivo à produção interna, inclusive por meio do Estado, gera empregos, eleva a capacidade de consumo e, por consequência, dinamiza o mercado doméstico. Esse dinamismo fortalece a Nação ao estimular tanto o crescimento comercial quanto o desenvolvimento industrial, pois quanto maior o poder aquisitivo, maior a circulação de bens manufaturados. Além disso, reduz-se a distância entre produção e consumo, facilitando a comercialização.

Com um mercado consumidor mais ativo, viabiliza-se a diversificação de produtos e a melhoria contínua da produção. Os riscos para novos investimentos são reduzidos e o ambiente competitivo estimula avanços tecnológicos, reduzindo gradualmente os custos de produção e ampliando a capacidade industrial.

O mercado interno também oferece maior segurança e previsibilidade aos empreendedores, uma vez que não está sujeito a barreiras alfandegárias ou a políticas protecionistas de outros países, nem à instabilidade decorrente de alianças

comerciais exclusivas. Guerras ou conflitos internacionais podem afetar diretamente o comércio exterior, como quando os países priorizam a produção de bens bélicos e de primeira necessidade, restringindo outros setores.

Durante a Guerra da Independência, os Estados Unidos dependiam largamente de produtos manufaturados ingleses, enquanto exportavam produtos agrícolas e matérias-primas. O conflito interrompeu esse fluxo, forçando os estadunidenses a desenvolver suas próprias manufaturas, o que gerou desabastecimento, mas também impulsionou a industrialização.

Mesmo após o conflito, os avanços industriais dos Estados Unidos não se sustentaram frente à concorrência inglesa. A ausência de uma política protecionista permitiu que os produtos britânicos, mais baratos e tecnologicamente superiores, dominassem novamente o mercado. List considerava que, apesar dos prejuízos causados pela guerra, o impulso à industrialização foi benéfico; contudo, a falta de proteção prolongada comprometeu esse avanço. Um crescimento industrial abrupto, seguido de colapso, é mais nocivo do que um processo lento, porém contínuo.

Para garantir esse crescimento contínuo, é necessário adotar medidas de proteção à indústria nascente, dando-lhe tempo para se estruturar antes de competir em igualdade com economias mais maduras. Se os Estados Unidos tivessem adotado tais medidas após a guerra, seu desenvolvimento teria sido mais sólido e precoce.

O comércio exterior, por sua vez, pode ser benéfico quando uma Nação exporta produtos manufaturados e importa matérias-primas, ou, em fases iniciais de desenvolvimento, quando importa bens manufaturados essenciais e exporta recursos naturais, despertando na sociedade o desejo por industrialização. Isso se deu, por exemplo, na relação entre a Inglaterra e a Liga Hanseática. O comércio externo também supre carências internas, atendendo a demandas que a indústria nacional ainda não consegue satisfazer.

List reconhece, porém, que o comércio externo exige equilíbrio. Ao contrário da Escola Clássica, que negligenciava a balança comercial, List compreendia sua importância para evitar o endividamento e a dependência econômica. O tratado de Methuen, entre Portugal e Inglaterra, ilustra bem essa dinâmica. Embora benéfico a curto prazo para os vinicultores portugueses, prejudicou severamente a indústria nacional, incapaz de competir com os produtos ingleses, provocando seu declínio.

A experiência portuguesa evidencia, portanto, os riscos de uma inserção econômica subordinada em mercados dominados por potências industriais mais avançadas. Para List, essa assimetria nas trocas comerciais não é acidental, mas estrutural: ela reflete o estágio desigual de desenvolvimento produtivo entre as nações. Assim, ao invés de se abrirem indiscriminadamente ao comércio exterior, os países em processo de industrialização deveriam adotar estratégias que os protejam das pressões competitivas externas até que suas indústrias adquiram maturidade suficiente para competir em pé de igualdade. É nesse contexto que se insere a lógica das medidas protecionistas, que visam assegurar o tempo e o espaço necessários para o fortalecimento da base industrial interna.

2.2 Adoção de medidas protecionistas

À medida que uma nação dá início ao seu processo de industrialização, estruturando inicialmente uma base manufatureira voltada à produção de bens simples e, em seguida, avançando para mercadorias de maior complexidade técnica, ela se vê diante de um desafio inevitável: a concorrência com potências industriais já consolidadas. Estas últimas desfrutam de vantagens estruturais acumuladas ao longo de décadas ou séculos, escala produtiva superior, infraestrutura logística eficiente, mão-de-obra altamente qualificada, redes de fornecedores integradas e uma capacidade notável de inovação contínua.

Diante dessa assimetria, as indústrias nascentes dos países em desenvolvimento tendem a sucumbir rapidamente quando expostas prematuramente ao mercado global. A competição com produtos estrangeiros mais baratos e tecnologicamente superiores não apenas inviabiliza o crescimento da indústria local, como também perpetua a dependência econômica e tecnológica dessas nações.

Foi a partir desse diagnóstico que Friedrich List elaborou sua defesa do protecionismo como instrumento estratégico para a construção das forças produtivas nacionais. Em sua análise, o livre-comércio irrestrito favorece exclusivamente aqueles países que já conquistaram uma posição hegemônica na economia mundial, como era o caso da Inglaterra no século XIX.

Após décadas de políticas protecionistas que consolidaram sua indústria manufatureira, o Reino Unido passou a advogar a liberalização dos mercados internacionais, não por convicção doutrinária, mas por interesse geopolítico. Para List, as nações em processo de transição entre uma economia agrária e um modelo industrial devem recorrer a medidas alfandegárias cuidadosamente planejadas, com o duplo objetivo de proteger setores estratégicos da concorrência externa e criar um ambiente de amadurecimento econômico interno que permita, no futuro, uma inserção mais robusta e soberana no sistema global.

Contudo, List não via o protecionismo como uma panaceia ou como um fim em si mesmo. Sua proposta exige critérios rigorosos, sem os quais a proteção econômica pode facilmente degenerar em privilégios corporativos, ineficiência produtiva e estagnação. O primeiro critério é a seletividade: somente devem ser protegidos os setores com potencial de dinamizar amplas cadeias produtivas, como as indústrias de base ou aquelas que envolvam tecnologias estratégicas. A proteção a atividades obsoletas ou voltadas ao consumo de luxo não apenas consome recursos públicos de forma improdutiva, como compromete o desenvolvimento de setores com maior relevância sistêmica.

Em segundo lugar, está a temporalidade. Barreiras comerciais devem possuir horizonte de vigência claro e limitado, pois a ausência de prazos fomenta acomodações nocivas. List menciona o exemplo das cidades italianas, que, mesmo após atingirem elevado grau de desenvolvimento, mantiveram restrições comerciais excessivas, o que resultou em perda de dinamismo frente a concorrentes mais adaptáveis. Por fim, há a questão da dosagem: tarifas devem ser calibradas de modo a garantir espaço para a competitividade interna sem isolar a economia dos avanços tecnológicos e das inovações disponíveis internacionalmente.

O próprio caso alemão, no período subsequente ao bloqueio napoleônico, ilustra de modo eloquente os riscos de uma abertura econômica abrupta. Durante o bloqueio continental, a ausência de produtos britânicos favoreceu o florescimento de manufaturas locais. No entanto, quando as fronteiras foram reabertas, essas indústrias ainda frágeis foram rapidamente sufocadas por importações mais baratas e de qualidade superior. A lição era evidente: sem um intervalo de proteção e estímulo ao desenvolvimento interno, mesmo empreendimentos promissores podem ser eliminados pela lógica impiedosa da concorrência global.

A perspectiva listiana, portanto, não consiste em uma rejeição dogmática ao comércio internacional. Ao contrário, ela o reconhece como parte integrante do progresso econômico, mas subordina sua aplicação a um projeto nacional de fortalecimento das capacidades produtivas. O objetivo último não é a autarquia, mas a conquista de uma inserção soberana no sistema internacional, pautada por relações menos assimétricas e por uma base industrial autônoma. Essa abordagem conserva impressionante atualidade: tanto o modelo japonês do pós-guerra quanto o recente avanço chinês adotaram, com variações táticas, o princípio fundamental de que a liberalização comercial deve ser uma etapa posterior, e não uma condição inicial, do desenvolvimento:

Medidas de protecção podem ser justificadas somente para fomentar e proteger a força manufactureira interna e apenas em nações que, devido a um território extenso, bem delimitado, a uma população grande, à posse de recursos naturais, a uma agricultura já muito avançada, a um alto grau de civilização e formação política, são vocacionadas para defender o mesmo nível que as primeiras nações agrícola-manufatureiro-comerciais. (List, 2006, p.38)

Trata-se, pois, de reconhecer que o fortalecimento interno é o único caminho seguro para que uma nação, em vez de submeter-se às dinâmicas excludentes do mercado mundial, possa nela participar em condições de dignidade e igualdade. A adoção de medidas protecionistas deve ser criteriosa e orientada por uma avaliação concreta da maturidade das estruturas econômicas e institucionais de um país, como fizeram as potências que, hoje desenvolvidas, não abriram seus mercados enquanto não tinham condições de competir de forma equitativa.

Esse entendimento conduz a uma mudança fundamental de foco: da mera obtenção de bens e vantagens imediatas no comércio internacional para a construção das capacidades produtivas nacionais. O desenvolvimento econômico sustentável não pode ser reduzido à simples lógica da troca, mas deve estar enraizado em um projeto que vise a autonomia produtiva e o fortalecimento das bases materiais da Nação.

É nesse contexto que a política econômica deixa de ser um instrumento neutro e passa a expressar uma vontade coletiva de emancipação, que articula soberania

política, coesão social e avanço técnico-industrial. Essa articulação não é apenas econômica, mas profundamente política e cultural, pois envolve a afirmação da Nação como sujeito histórico capaz de traçar seu próprio caminho rumo ao progresso.

2.3 A centralidade da Nação e a necessidade de desenvolver as forças produtivas

Mais relevante do que adquirir mercadorias a preços baixos é a capacidade de produzi-las. Este é um dos pilares do pensamento econômico de Friedrich List, que fundamenta suas ideias na centralidade da Nação, situada entre o indivíduo e a humanidade. Como ele afirma (List, 2006, p. 33-34): “As origens da riqueza são uma coisa completamente diferente da riqueza em si. Um indivíduo pode possuir riqueza [...] mas se não tiver a força para produzir mais objetos valiosos do que consome, empobrece.” Daí a ênfase no desenvolvimento das forças produtivas nacionais como condição para garantir não apenas o consumo, mas, sobretudo, a produção (Carvalho, 2022).

A priorização da Nação é essencial para o desenvolvimento. O exemplo da Liga Hanseática ilustra os riscos de negligenciar o fortalecimento das estruturas produtivas em nome de interesses imediatos. Ao não investir na coesão nacional e na ampliação da base produtiva, perdeu-se o progresso acumulado. Como destaca List (2006, p. 111), “as forças produtivas dos povos resultam [...] das instituições e leis sociais, políticas e civis e, sobretudo, das garantias de continuidade, independência e poder da sua nacionalidade.” Sem essas garantias, uma sociedade torna-se frágil frente a nações mais organizadas.

O poder nacional é, portanto, mais crucial que a própria riqueza. Ele assegura a continuidade histórica, a liberdade dos cidadãos, a proteção cultural e a autonomia da Nação. A Inglaterra é exemplar nesse sentido: ao desenvolver suas forças produtivas, consolidou um poder que garantiu sua soberania e promoveu novas manufaturas, ampliando sua influência global.

Para List, esse poder é o verdadeiro motor do progresso. Ele viabiliza a geração de riqueza e sua preservação, funcionando como escudo contra a pilhagem externa. A comparação entre a trajetória inglesa e o declínio da Liga Hanseática evidencia isso:

enquanto a primeira articulou desenvolvimento e unidade, a segunda sucumbiu por ignorar tais pilares.

A metáfora da árvore frutífera, usada por List, é iluminadora. As riquezas de uma Nação são os frutos, mas o essencial está nas raízes e no cultivo, ou seja, nas instituições e na estrutura produtiva. Como ele observa (2006, p. 104): “Apenas através da manufatura, a agricultura interna é elevada a um alto nível de desenvolvimento”, revelando a interdependência entre os setores econômicos.

A lógica do consumidor individual que busca o produto mais barato contrasta com a lógica nacional de produção. Enquanto o primeiro apenas consome, o segundo cultiva, mesmo que os frutos iniciais sejam escassos e de qualidade inferior. Com o tempo e cuidado, no entanto, essa árvore produz em maior quantidade e qualidade, superando inclusive o mercado externo. A trajetória da indústria têxtil inglesa, que superou suas limitações iniciais até dominar o setor, é ilustrativa.

Na contramão, países como Espanha, Portugal e a própria Liga Hanseática, ao preferirem a importação barata em vez do fortalecimento interno, tornaram-se economicamente dependentes, sobretudo da Inglaterra. Isso demonstra os limites do princípio clássico de “comprar onde é mais barato”: a longo prazo, o investimento nas capacidades nacionais é decisivo para alcançar competitividade e soberania.

Nesse contexto, o pensamento de List oferece uma resposta estrutural ao cosmopolitismo da Escola Clássica. Ao defender o fortalecimento do mercado interno, o uso estratégico do protecionismo e o cultivo das forças produtivas como fundamento do poder nacional, ele não apenas interpreta o fracasso de cidades-Estado italianas e ligas comerciais, mas propõe um modelo para países em desenvolvimento evitarem a subordinação externa.

Se a seção anterior evidenciou os perigos da desarticulação política, esta revela a necessidade de instituições concretas para enfrentar tais desafios. A contribuição de List consiste em transformar experiências históricas em princípios de soberania, onde a economia passa de mero cálculo individual à construção coletiva de uma Nação.

Sua obra culmina numa concepção do desenvolvimento que ultrapassa a acumulação de riquezas e se afirma como projeto civilizatório. A experiência da Inglaterra exemplifica como o sucesso industrial resulta da articulação entre três elementos fundamentais: (1) um mercado interno coeso, capaz de gerar escala e estabilidade; (2) protecionismo temporário para fomentar maturação tecnológica; e (3)

instituições coordenadoras do processo. Essa tríade também explica o êxito de países como Alemanha e Estados Unidos, em contraste com economias primário-exportadoras como Portugal e a Espanha colonial, condenadas à dependência estrutural.

A lição de List é a de que o verdadeiro desenvolvimento exige a construção de capacidades produtivas autônomas. O autor demonstra, por meio de uma análise histórica comparada, que nações centradas em ganhos comerciais imediatos permanecem vulneráveis às oscilações do cenário internacional. Já aquelas que enfrentaram os custos do desenvolvimento interno conquistaram soberania duradoura.

Essa abordagem, como considerado, conserva notável atualidade. Casos como Japão e Coreia do Sul, no século XX, reafirmam a tese listiana: o comércio internacional só impulsiona o desenvolvimento quando subordinado a um projeto nacional de fortalecimento produtivo. Como resume List: “a riqueza das nações não está no que elas possuem, mas no que elas podem produzir”, uma máxima que permanece central no pensamento econômico moderno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

List foi um grande pensador e visionário alemão, criou sua teoria econômica a partir da análise da história e com isso, fez várias críticas ao pensamento da Escola e de todo o pensamento econômico de sua época, principalmente aquelas ideias defendidas por Adam Smith. Ele observou a necessidade de se pensar a economia não a partir dos indivíduos, mas sim da Nação, sendo esta a base de todo o seu pensamento.

Ao contrário de outros teóricos que, de acordo com o autor, criaram sua teoria sem olhar para as lições que a história ensina, List sentiu a necessidade de salvaguardar suas teorias em fatos históricos, analisando esta sempre de forma crítica, tentando entender como uma Nação se desenvolve enquanto outras decaem. Se debruçando sobre algumas grandes potências econômicas de sua época e do passado, ele buscou achar os argumentos que corroboraram para a sua obra magna.

List demonstrou a importância de desenvolver as forças produtivas da Nação e o quão benéfico é para a sociedade o desenvolvimento delas. Ainda buscou demonstrar o impacto de utilização de medidas protecionistas para o desenvolvimento de uma indústria florescente e que, sem esta proteção inicial, as indústrias nacionais de uma Nação subdesenvolvida, não conseguirá concorrer com indústrias de países que estão em pleno desenvolvimento.

Outra verificação importante de List é justamente sobre os limites do livre comércio, verificando quando este é benéfico e quando não o é, mostra, baseando nos exemplos históricos, que quando uma sociedade se encontra em estado primitivo em que não se tem uma capacidade manufatureira própria, o livre comércio será de bastante valia, uma vez que fornecerá as mercadorias necessárias para seu desenvolvimento enquanto possibilitará que esta vende seus excedentes oriundos da terra.

O autor verifica ainda que o livre comércio seria benéfico para Nações que estejam no mesmo patamar de desenvolvimento e, quando isso ocorre, estes dois países aferirão muitas vantagens no livre comércio entre eles; mas, quando um é muito mais desenvolvido que o outro, o comércio livre será prejudicial para aquele que se encontre em um estágio de desenvolvimento inferior, necessitando assim de medidas protecionistas para diminuir estas diferenças e garantir uma salvaguarda

para sua indústria florescente até que estes estejam em mesmo patamar de desenvolvimento.

List demonstrou a importância da união nacional principalmente ao avaliar os motivos que levaram a derrocada das cidades italianas e da Liga Hanseática, uma vez que essas padeceram do mesmo erro, não se unificaram como uma Nação, em que esta priorizou os interesses individuais de seus comerciantes enquanto aquela, mesmo sendo somente cidades, tentaram se portar como Nações soberanas e, quando Nações unificadas surgiram, demonstraram que uma cidade, mesmo da magnitude de Veneza, não passava de uma cidade, demonstrando assim o limite que ela poderia alcançar.

Diante de todo o exposto, List se demonstrou um grande pensador e que suas ideias foram e ainda o são de grande importância para entender a sociedade, principalmente no que tange o pensamento econômico, entendendo a necessidade de se olhar para o interior da Nação para desenvolver suas forças produtivas, uma vez que a capacidade de produzir a riqueza é mais importante do que possuí-la, que o poder nacional é mais importante do que a riqueza pela riqueza, visto que sem uma Nação forte, toda a riqueza gerada no passado e no presente poderá ser perdida, bem como toda a história, cultura e a liberdade de seus cidadãos.

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA.

BERLIN, Isaiah. Quatro Ensaios sobre a Liberdade. Tradução de Wamberto Hudson Ferreira, Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CARVALHO, Jairo Dias. FRIEDRICH LIST: Tecnologia, poder nacional e forças produtivas. In: OLIVEIRA, Jelson FILOSOFIA DA TECNOLOGIA: Seus autores e seus problemas Volume 2. Caxias do Sul, RS: Educs, 2022.

CHANG, Ha-Joon. Chutando a Escada. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2004.

HAMILTON, Alexander; LIST, Georg Friedrich; CAREY, Henry. Cartas da Economia Nacional contra o Livre Comércio. Tradução de Vitor Grünewaldt, Geraldo Luís Lino e Josemar Rodrigues. Rio de Janeiro, RJ: Capax Dei Editora, 2009.

LIST, Friedrich. Sistema Nacional da Economia Política. Tradução de Eduardo de Sousa Ferreira e Karin Paul Ferreira. Prefácio de Eduardo de Sousa Ferreira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

LIST, Georg Friedrich. Sistema Nacional de Economia Política. Tradução de Luiz João de Baraúna e HODGSKIN, Thomas. A Defesa do Trabalho Contra as Pretensões do Capital. Tradução de Antônio Alves Cury, Coleção Os Economistas. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1983.

MALMESBURY, Thomas Hobbes. Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de Um Estado Eclesiástico e Civil. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nissa da Silva, Coleção os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1997.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. Tradução Lívio Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

MARX, Karl. Crítica do Nacionalismo Econômico. Tradução de José Miranda Justo. Lisboa, Portugal: Antígona, 2009.

MARX, Karl. O CAPITAL: CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna 35ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2017.

RICARDO, David. Princípios de Economia Política e Tributação. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni, Coleção Os Economistas. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1982.

SMITH, Adam. A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. Volume I e II. Tradução de Luiz João de Baraúna, Coleção Os Economistas. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1983.

WENDLER, Eugen. Friedrich List (1789-1846): A Visionary Economist With Social Responsibility. London: Springer, 2015.